



**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas**

Açucareira Quatá S.A.

**31 de março de 2025
com Relatório sobre a revisão dos auditores independentes**

SAFRA 24/25

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais 7

Demonstrações dos resultados 9

Demonstrações dos resultados abrangentes 10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 11

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto 12

Demonstrações dos valores adicionados 13

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 14



Relatório da Administração

A Diretoria

1. Introdução

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 24/25, demonstraremos a performance financeira, sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito à sociedade e a perenidade da Companhia. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025.

1.1. Visão Geral da Companhia

A Companhia, empresa do setor sucroenergético, conta com quatro unidades industriais. Ela atua nos segmentos de açúcar, etanol e energia elétrica; e, por fim, a unidade de negócios *Biorigin*, multinacional do setor de biotecnologia, especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais com base em açúcares fermentescíveis para os setores alimentícios, de nutrição animal e humana. A Biorigin conta com um Centro de Distribuição na Bélgica, que viabiliza a distribuição de ingredientes naturais para mais de 60 países, marcando sua presença em todos os continentes.

A Companhia diversificou o seu portfólio entre as suas unidades de negócios com o objetivo de agregar maior valor e se proteger das oscilações dos mercados de *commodities*, com um firme posicionamento socioambiental. A Biorigin opera na linha *Food* (alimentação humana), onde desenvolve ingredientes que realçam o sabor, reduzem o teor de sódio e estendem a vida útil dos alimentos produzidos por seus clientes. Além disso, opera na linha *Feed* (alimentação animal) que disponibiliza, produtos que, além de serem nutricionais, aumentam a funcionalidade das rações, fortalecendo a saúde e o desempenho das criações focadas em produção de proteínas. Os animais de estimação são também um importante mercado de atuação da Biorigin. Em linha com suas estratégias, durante a Safra 24/25 a Companhia firmou parceria com a *Groupe Lesaffre S.A. ("Lesaffre")*, um importante player global e independente, com mais de 100 anos de expertise em fermentação e microrganismos. A *Lesaffre* será detentora da participação majoritária na Biorigin, com 70%, enquanto a Companhia permanece com 30% e segue atuando no segmento Feed de nutrição animal. A parceria visa aprimorar processos produtivos, logísticos e de serviços, beneficiando uma base global de clientes. A conclusão da transação foi realizada em 30 de maio de 2025.

Com capacidade de moagem de 13,8 milhões de toneladas por ano, somos um dos mais importantes players do setor. Além disso, somos o acionista com participação mais representativa na Copersucar S.A., a maior empresa brasileira de exportação de açúcar e etanol. Isso nos garante o escoamento das nossas commodities (açúcar e etanol). A companhia também detém exclusividade na comercialização de energia no Mercado Livre com a Newcom, uma comercializadora de energia cujos acionistas são a Copersucar e a Comerc. Essa parceria estratégica nos torna mais competitivos, pois operamos com uma comercializadora de energia da qual a Copersucar é uma das acionistas, o que aumenta nossa competitividade. Além disso, reduzimos significativamente o risco de contraparte, garantindo maior segurança nas operações.

Como parte de estratégia de expansão na capacidade de moagem, durante a Safra 24/25, a Companhia adquiriu 100% das ações da Usina Salto Botelho Agroenergia S.A. ("USB"), localizada no município de Lucélia (SP). A operação inclui a compra da unidade agroindustrial e a planta de cogeração de energia, com o objetivo de ampliar a produção de açúcar, etanol e energia elétrica, a partir da cana-de-açúcar.



2. Governança

2.1. Governança Corporativa

A Companhia passa a contar com quatro unidades agroindustriais no Estado de São Paulo, resultando no aumento de 15% da sua capacidade atual.

Com a integração da Unidade Salto Botelho (USB) a partir de 1º de dezembro de 2024, todas as informações deste relatório referentes à Safra 24/25 (abril/24 a março/25) passarão a ser apresentadas de forma consolidada, incluindo os dados correspondentes aos quatro meses da USB.

No campo, na indústria e nos escritórios corporativos, somos uma equipe de 4.773 mil colaboradores, incluindo os 687 profissionais da USB, todos dedicados a produzir e gerar riquezas a partir da cana-de-açúcar, sempre com ética, responsabilidade e cuidados com o meio ambiente. Em nossa gestão, buscamos garantir que o ambiente de trabalho seja saudável e seguro para todos os nossos colaboradores desenvolverem as suas atividades. Investir na capacitação dos profissionais é uma prioridade, visando resultados consistentes e sustentáveis.

Ao longo das últimas safras, a Companhia implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, governança e maximizar os seus resultados.

O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança. Ele é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Companhia, além de proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas. Também é responsável por aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso da Companhia com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders. O objetivo é garantir o cumprimento da missão de dar continuidade à capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.

2.2. Política de dividendos

A política de remuneração dos acionistas da Companhia segue o art. 33 do Estatuto Social de Companhia, onde estão definidos indicadores e níveis de alavancagem, definidos pelos acionistas.

2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos

A Companhia, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado;
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais e planejamento tributário.



3. Desempenho Operacional

A safra 24/25 foi impactada por condições climáticas severas, resultando em menor moagem. Ainda assim, o desempenho nas regiões de Lençóis Paulista e Quatá ficou dentro do planejado. Em Quatá, mesmo com a seca histórica, o uso de tecnologias como controle de pragas, ajustes nutricionais e ampliação da fertirrigação ajudou a mitigar potenciais perdas.

Apesar da queda na produtividade, o abastecimento da usina foi mantido. A moagem foi mais lenta, com foco na produção de açúcar, entregas lineares e ATR mais elevado. A redução no TCH refletiu a estiagem e menor índice pluviométrico, mas contribuiu para um ATR por tonelada de cana mais alto, compensando parcialmente a produção de açúcar e etanol. O uso de ferramentas agrícolas sustentou a retomada da qualidade do canavial.

Destacamos que a USB não impactou o desempenho operacional, uma vez que, em dezembro de 2024, a usina já se encontrava no período de entressafra, portanto, sem atividade operacional.

(mil tons)	24/25	23/24	Variação
Informações Consolidadas			
Moagem Total	10.580,0	11.420,4	-7,4%
Moagem Própria	3.734,6	3.879,6	-3,7%
Moagem Terceiros	6.845,4	7.540,8	-9,2%
Informações por Região			
Lençóis Paulista/SP	7.836,5	8.246,1	-5,0%
Quatá/SP	2.743,5	3.174,3	-13,6%

Obs: Lençóis Paulista contempla informações de Macatuba.

Na Safra 24/25, a Companhia registrou uma queda na moagem, processando 10.580 mil toneladas de cana, o que representa uma redução de 7,4% em relação ao mesmo período da safra anterior que foi impactada por condições climáticas adversas que resultaram em uma moagem menor de cana-de-açúcar.

Produção	24/25	23/24	Variação
Açúcar (mil/ton)	687,0	741,9	-7,4%
Branco	243,0	284,4	-14,6%
Bruto	400,0	379,5	5,4%
FS ¹	44,0	78,0	-43,6%
Etanol (mil/m³)	473,2	495,8	-4,6%
Anidro	268,5	350,1	-23,3%
Hidratado	204,7	145,7	40,5%
Energia Exportada (mil MWh)	647,3	557,6	16,1%
Mix Etanol vs Açúcar (em Unicap²)	53% vs 47%	54% vs 46%	

- 1. FS: Fermentable sugar
- 2. Unicap: fator de medida que permite comparação entre Etanol e Açúcar na mesma unidade

No acumulado da Safra 24/25, a produção de açúcar teve uma redução de 7,4% devido à menor moagem e à redução na produção de açúcar branco. A Companhia, como parte de sua estratégia, focou na maximização da produção de açúcar bruto.



A Energia exportada foi de 647,3 mil MWh na Safra 24/25, aumento de 16,1% em relação à Safra 23/24. Esse crescimento está relacionado à expansão da cogeração da Usinas de Barra Grande. A energia produzida a partir do bagaço da cana abastece 100% das unidades produtivas, e o excedente é vendido ao mercado por meio de leilões e contratos com distribuidores de energia elétrica.

4. Receita

Receita Líquida - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Açúcar	1.499,4	1.451,5	47,9	3,3%
Etanol	1.319,3	1.239,2	80,1	6,5%
Energia	171,9	191,8	(19,9)	-10,4%
Biorigin	726,4	604,6	121,8	20,1%
Total	3.717,0	3.487,1	229,9	6,6%

Preço

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Açúcar Preço (R\$/ton)	2.303,5	2.190,3	113,2	5,2%
Etanol (R\$/m3)	2.669,6	2.421,2	248,4	10,3%
Energia (R\$/MWh)	265,5	240,5	25,0	10,4%
Biorigin (R\$/kg)	18,5	18,9	(0,4)	-2,1%

Volume

Descritivo	24/25	23/24	Variação	Variação %
Açúcar (mil/tons)	650,9	662,7	(11,8)	-1,8%
Etanol (mil/m3)	478,4	492,7	(14,3)	-2,9%
Energia MWh	647,3	772,7	(125,4)	-16,2%
Biorigin (mil/tons)	39,3	32,0	7,3	22,7%

Na Safra 24/25 a receita líquida proveniente do açúcar registrou um incremento em relação ao ano-safra anterior de R\$ 47,9 milhões. Essa variação foi impulsionada por maiores preços médios que compensaram a redução no volume.

A receita líquida de etanol registrou um incremento em relação ao ano-safra anterior, totalizando R\$ 84,2 milhões. A receita líquida aumentou 7,1% devido aos preços mais altos, apesar da redução no volume total vendido. O aumento dos preços é decorrente aos reajustes na gasolina e maior consumo de etanol hidratado, que compensou a queda no volume de etanol anidro.

A receita com CBIOS está sendo considerada no segmento de “Etanol”, no montante de R\$ 42,2 milhões referente a comercialização de 594,3 mil CBIOS (439,9 mil CBIOS Safra 23/24) ao preço médio de R\$ 69,1/CBIO (R\$ 102,2/CBIO Safra 23/24).

Já em relação a receita líquida de energia diminuiu em R\$ 19,9 milhões. Essa variação foi causada pelo término de contratos de leilão e pela operação abaixo do potencial máximo de cogeração, devido à falta de autorização para a linha de transmissão.



As receitas de açúcar, etanol, energia e CBIOS da USB contribuíram com R\$ 24,3 milhões no período, excluindo esse efeito, o incremento seria de 5,9% com receita total de R\$ 3.692,7 milhões.

A Biorigin registrou um incremento de R\$ 121,8 milhões na receita líquida. Esse resultado decorre do bom desempenho no segmento e por uma estratégia comercial alinhada aos projetos de redução de custos e ganho de eficiência produtiva. Além disso, a valorização do dólar e do euro também contribuiu positivamente para o desempenho.

5. Custo do Produto Vendido (CPV)

Descritivo	CPV - R\$ MM			
	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Açúcar	1.136,1	1.007,0	129,1	12,8%
Etanol	1.200,2	1.235,0	(34,8)	-2,8%
Energia	71,5	50,3	21,2	42,2%
Biorigin	523,6	446,0	77,6	17,4%
Ativo biológico	56,4	128,1	(71,7)	-56,0%
Total	2.987,7	2.866,4	121,4	4,2%

O segmento açúcar apresentou um aumento de R\$ 129,1 milhões, impulsionado principalmente por maiores custos com depreciação/exaustão, insumos, matéria-prima e mão de obra, que somaram R\$ 156,5 milhões e houve o impacto de R\$ 2,8 milhões com a nova Usina de Salto Botelho adquirida pela Companhia em dezembro de 2024. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela queda no volume vendido, que reduziu a receita em R\$ 30,2 milhões devido à menor produção.

Já o segmento etanol registrou uma redução de R\$ 34,8 milhões, principalmente devido à queda no volume vendido, que impactou em R\$ 54,8 milhões, reflexo da menor produção e do maior direcionamento para o MIX açúcar. Além disso, houve aumento nos custos com depreciação/exaustão, insumos, matéria-prima e mão de obra, totalizando R\$ 72,8 milhões, além do impacto de R\$ 16,8 milhões relacionado à nova Usina de Salto Botelho, adquirida em dezembro de 2024.

No segmento de energia, observamos um aumento de 42,2% nos custos, devido a limitação no potencial de exportação com a indisponibilidade da linha de transmissão do projeto novo, gerando uma necessidade de compra de lastro de garantia física e exposição a PLD, ambos potencializados pelo aumento do preço da energia no segundo trimestre (reflexo da falta de chuva). Ainda que limitado na exportação, com a entrada do novo projeto da Barra Grande 2, obtivemos uma exportação superior em 16% em relação à Safra anterior.

No segmento Biorigin, identificamos um aumento de 17,4% nos custos, totalizando um valor de R\$ 77,6 milhões. Esse aumento é atribuído principalmente pelo maior volume vendido R\$ 85,7 milhões e efeito do câmbio R\$ 55,4 milhões, compensados parcialmente pela redução dos preços de matérias-primas e insumos em R\$ 63,5 milhões.



6. Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Despesas comerciais	(131,3)	(106,8)	(24,5)	23,0%
Despesas administrativas e gerais	(261,1)	(223,1)	(38,0)	17,0%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(14,8)	860,2	(875,0)	-101,7%
Equivalência	48,2	47,0	1,2	2,6%
Total	(359,0)	577,3	(936,3)	-162,2%

As despesas comerciais na Safra 24/25 totalizaram R\$ 131,3 milhões representando uma variação de R\$ 24,5 milhões em comparação com a Safra anterior. Esse aumento se deve principalmente às maiores despesa com comercialização da Biorigin, bem como aos maiores gastos com aluguel de armazenagem da levedura e as despesas com pessoal.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 261,1 milhões na Safra 24/25, um aumento de 17% em relação à Safra anterior. A variação é devido ao aumento nas despesas com pessoal (dissídio e reposições), investimentos em TI voltados a melhorias sistêmicas, infraestrutura e segurança e contratações de consultorias para projetos não recorrentes/estratégicos, visando o crescimento da Companhia.

Na Safra 24/25, a linha de outras receitas (despesas) apresentou uma despesa de R\$ 16,3 milhões comparando com a ano-safra anterior quando havia sido registrado uma receita. Essa variação se deve à ausência do recebimento de precatórios na safra atual, fator que havia impactado positivamente o resultado no exercício anterior.

O impacto na equivalência patrimonial no montante de R\$ 48,2 milhões é reflexo do maior resultado da Cooperativa Copersucar na Safra 24/25 em comparação com a safra anterior.

7. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado da Companhia exclui os efeitos dos ativos biológico, do CPC 06 (arrendamento mercantil), outras receitas e despesas operacionais, bem como os efeitos da equivalência patrimonial. Para o Ebit ajustado, adicionam-se as despesas/custos e remove-se o efeito da depreciação.

Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Ebitda	1.451,7	2.179,2	(727,5)	-33,4%
Ebitda Ajustado	999,5	951,6	47,9	5,0%
Ebit	370,2	1.197,9	(827,7)	-69,1%
Ebit Ajustado	331,0	348,0	(17,0)	-4,9%

No acumulado da Safra 24/25, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 999,5 milhões, o que representa um aumento de 5% em relação ao mesmo período da Safra anterior, com margem de 26,9% versus 27,3% na Safra anterior. O aumento do EBITDA ajustado está relacionado a três fatores principais: i) maiores preços de venda de Etanol e Açúcar (mercado etanol e cambio/fixação açúcar); ii) menores custos na Biorigin relacionados a redução nos preços dos insumos e matéria prima, agregado aos maiores volumes e Mix comercializado iii) melhor eficiência operacional no Agro e Biorigin. Impacto da nova Usina de Salto Botelho reduziu o Ebitda em 0,2%.



Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Receita	3.717,0	3.487,1	229,9	6,6%
Custo	(2.931,4)	(2.738,3)	(193,1)	7,1%
Despesas de vendas	(131,3)	(106,8)	(24,5)	23,0%
Despesas adm e Gerais	(261,1)	(223,1)	(38,0)	17,0%
Depreciação	1.081,5	981,3	100,2	10,2%
Ajuste IFRS 16	(62,2)	(70,9)	8,7	-12,2%
Depreciação IFRS	(413,0)	(377,7)	(35,3)	9,3%
Ebitda Ajustado	999,5	951,6	47,9	5,0%
Depreciação	(1.081,5)	(981,3)	(100,2)	10,2%
Depreciação IFRS	413,0	377,7	35,3	9,3%
Ebit Ajustado	331,0	348,0	(17,0)	-4,9%

8. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Receitas financeiras	204,7	188,9	15,8	8,4%
Despesas financeiras	(695,6)	(565,8)	(129,8)	22,9%
Variações cambiais líquidas	20,7	(2,6)	23,3	-880,5%
Total	(470,2)	(379,5)	(90,7)	23,9%

Na Safra 24/25, observamos um aumento em receitas e despesas financeiras em comparação com a safra anterior. Em receitas financeiras, o principal acréscimo foi de R\$ 9 milhões, decorrente de juros sobre aplicações financeiras, resultado dos resgates realizados no período. Adicionalmente, registrou-se um aumento de R\$ 3,1 milhões no resultado de operações de hedge/swap e um aumento de R\$ 3,7 milhões em juros sobre operações com a cooperativa.

O crescimento das despesas financeiras foi impactado principalmente pelo resultado negativo com operações de hedge/swap, no montante de R\$ 84,2 milhões. Também contribuíram para esse aumento os encargos financeiros e as atualizações monetárias relativas às debêntures, que totalizaram R\$ 48,3 milhões e um aumento de R\$ 1 milhão em outras despesas financeiras. Em contrapartida houve uma redução nas despesas financeiras do IFRS16 no valor de R\$ 3,7 milhões.

9. Lucro do Exercício

Lucro Líquido - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(25,9)	558,8	(584,7)	-104,6%

Na Safra 24/25, a Açucareira Quatá registrou um prejuízo de R\$ 25,9, decorrente principalmente da ausência de recebimento dos precatórios.



10. Estrutura de capital

Dívida Líquida - R\$ MM				
Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.850,5)	(3.309,7)	(540,8)	16,3%
Caixa e equivalentes de caixa	1.965,2	2.273,7	(308,5)	-13,6%
Total	(1.885,3)	(1.036,0)	(849,3)	82,0%

A Companhia emitiu debêntures no total de R\$ 1.200 milhões com prazo total de 7 anos médio como parte da sua estratégia de financiar o negócio com dívidas de longo prazo aumentando o prazo médio de 2,7 anos na safra 23/24 para 3,8 anos na safra 24/25.

11. Considerações finais

A Safra 24/25 da Companhia foi marcada por avanços estratégicos significativos, apesar das condições climáticas adversas. A empresa manteve sua eficiência operacional e aumentou as exportações de energia com a expansão das operações de cogeração na Unidade Barra Grande. Em outubro de 2024, a Companhia fez dois movimentos estratégicos importantes: a parceria com a Lesaffre, que incluiu a venda de 70% da Biorigin, e a aquisição da Unidade Salto Botelho, expandindo sua presença geográfica e capacidade produtiva.

A chegada de um novo CEO em dezembro marcou uma mudança histórica na gestão da empresa, reforçando o compromisso com o crescimento sustentável e a excelência operacional. A Companhia também registrou um aumento significativo na receita líquida e no EBITDA Ajustado, refletindo seu foco em eficiência e produtos de alto valor agregado.

No âmbito de ESG, a Companhia conquistou a declaração de conformidade com a Prática Recomendada ABNT PR 2030 e manteve seu compromisso com as comunidades locais e a segurança dos colaboradores onde registramos uma redução significativa na taxa de frequência com afastamentos passando de 2,99 para 1,36. A empresa também se destacou na produção de biocombustível de aviação, obtendo recertificações importantes.

Em resumo, a Safra 24/25 foi um período de crescimento e transformação para a Companhia, com avanços estratégicos, financeiros e de sustentabilidade que pavimentam o caminho para um futuro promissor.

Lençóis Paulista - SP, 26 de junho de 2025.

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Açucareira Quatá S.A.
Lençóis Paulista -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Açucareira Quatá S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os

resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Conforme mencionado nas explicativas 2.7 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada mensuram seus ativos biológicos, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía saldos de R\$ 235.836 mil e R\$ 266.686 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado, respectivamente.

Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e em sua controlada e às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 2.7 e 10 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Combinação de negócios**

Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 40, em 29 de novembro de 2024, após a conclusão das condições precedentes, a Companhia adquiriu a totalidade de ações da Salto Botelho Agroenergia S.A. A contabilização dessa combinação de negócios exigiu o uso de estimativas e julgamentos pela diretoria da Companhia com relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em função das incertezas relacionadas às metodologia e premissas, tais como receita operacional bruta, deduções, custos operacionais, despesas operacionais, imposto de renda e contribuição social, *capex*, capital de giro, depreciação e taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo, e, consequentemente, a determinação das informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócio, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) leitura dos acordos celebrados que formalizaram a aquisição e a correspondente movimentação financeira, tais como contratos e atas; análise dos critérios de determinação do preço da aquisição; (ii) avaliação sobre a harmonização das práticas contábeis; (iii) verificação se os saldos de partida são consistentes com a posição patrimonial e financeira na data da aquisição; (iv) avaliação da metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e ágio apurado; (v) avaliação das premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo; (vi) avaliação da competência e experiência dos especialistas contratados pela Companhia que auxiliaram na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; e (vii) avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de março de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a aquisição de controle da USB, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas para a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do ágio apurado preparados pela Companhia, assim como respectivas divulgações descritas nas notas explicativas 1 e 40, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações

estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

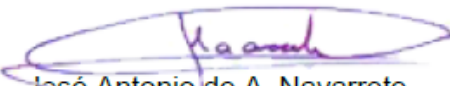
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-SP198698/O

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.544.080	1.878.541	1.965.249	2.273.746
Instrumentos financeiros derivativos	6	6.075	2.948	6.075	2.948
Clientes	7	180.863	222.450	144.857	96.446
Contas a receber - Cooperativa	8	69.426	52.132	69.727	52.613
Dividendos a receber	16	458	329	458	329
Estoques	9	195.630	404.072	394.957	526.996
Ativos biológicos	10	235.836	280.060	266.686	280.060
Tributos a recuperar	12	50.490	40.543	65.540	42.164
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	40.613	19.052	54.033	23.103
Adiantamentos	13	3.001	4.543	52.790	4.644
Outros ativos		12.399	4.758	12.920	5.683
Total do ativo circulante		2.338.871	2.909.428	3.033.292	3.308.732
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	5	29.884	25.612	35.705	109.523
Clientes	7	3.766	8.229	3.766	8.387
Partes relacionadas	15	636	939	636	939
Depósitos judiciais	11	567.756	445.584	803.562	623.360
Tributos a recuperar	12	47.197	67.089	47.279	67.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	103.393	5.493	109.327	20.604
Total do realizável a longo prazo		752.632	552.946	1.000.275	829.902
Investimentos					
Investimentos	16	1.306.261	464.880	246.250	254.405
Outros investimentos		18.282	18.300	18.349	18.368
Imobilizado	17	2.166.306	2.380.230	2.678.472	2.390.456
Direito de uso	18	2.312.816	2.057.187	2.509.361	2.057.187
Intangível	19	22.774	34.127	363.316	34.213
Total do ativo não circulante		6.579.071	5.507.670	6.816.023	5.584.531
Total do ativo		8.917.942	8.417.098	9.849.315	8.893.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Circulante					
Fornecedores	20	280.091	299.665	339.700	313.475
Instrumentos financeiros derivativos	6	32.916	757	32.916	757
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	337.849	883.541	425.935	907.566
Passivo de arrendamento	18	284.750	291.281	315.005	291.281
Impostos e contribuições a recolher		14.861	6.818	25.284	2.108
Tributos parcelados	22	773	11.421	841	11.421
Obrigações com a Cooperativa	23	-	25.119	-	30.276
Salários e contribuições sociais	24	100.820	97.029	125.544	104.988
Dividendos e juros sobre o capital próprio	15	70.769	144.131	70.769	144.131
Outros passivos	25	95.468	18.038	113.525	21.255
Total do passivo circulante		1.218.297	1.777.800	1.449.519	1.827.258
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	3.283.106	2.409.622	3.424.593	2.467.416
Passivo de arrendamento	18	2.081.460	1.806.367	2.258.003	1.806.367
Tributos parcelados	22	519	633	661	633
Dividendos e juros sobre o capital próprio	15	11.014	18.532	11.014	18.532
Obrigações com a Cooperativa	23	125.626	113.207	140.359	127.889
Provisões para contingências	26	593.086	593.873	830.596	830.074
Provisão para perdas com investimentos	16	33.091	35.060	-	-
Total do passivo não circulante		6.127.902	4.977.294	6.665.226	5.250.911
Total do passivo		7.346.199	6.755.094	8.114.745	7.078.169
Patrimônio líquido					
Capital social		595.684	460.805	595.684	460.805
Ajustes de avaliação patrimonial		8.015	37.603	8.015	37.603
Reservas de lucros		968.044	1.163.596	968.044	1.163.596
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.571.743	1.662.004	1.571.743	1.662.004
Participação de não controladores		-	-	162.827	153.090
Total do patrimônio líquido		1.571.743	1.662.004	1.734.570	1.815.094
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.917.942	8.417.098	9.849.315	8.893.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	29	3.483.595	3.352.603	3.716.979	3.487.117
Variação no valor justo do ativo biológico	30	(52.273)	(128.101)	(56.370)	(128.101)
Custos dos produtos vendidos	30	(2.793.628)	(2.620.803)	(2.931.379)	(2.738.334)
Lucro bruto		637.694	603.699	729.230	620.682
Despesas de vendas	30	(107.020)	(81.702)	(131.339)	(106.769)
Despesas administrativas e gerais	30	(218.536)	(203.815)	(261.073)	(223.132)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	31	(14.616)	729.194	(14.796)	860.182
Resultado antes das financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos		297.522	1.047.376	322.022	1.150.963
Receitas financeiras	32	169.676	161.767	204.728	188.888
Despesas financeiras	33	(669.695)	(560.609)	(695.575)	(565.794)
Variações cambiais líquidas	34	20.347	(1.619)	20.653	(2.646)
Financeiras líquidas		(479.672)	(400.461)	(470.194)	(379.552)
Participação nos resultados de empresas investidas	16	60.612	38.431	48.189	46.965
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(121.538)	685.346	(99.983)	818.376
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(7.056)	(154.239)	(26.107)	(225.269)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	92.910	(20.455)	100.143	(34.332)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(35.684)	510.652	(25.947)	558.775
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		(35.684)	510.652	(35.684)	510.652
Acionistas não controladores		-	-	9.737	48.123
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(35.684)	510.652	(25.947)	558.775
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	37			(0,0001)	0,0009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(35.684)	510.652	(25.947)	558.775
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Outros componentes do resultado abrangente do exercício				
Variação cambial de investidas no exterior	9.591	(3.019)	9.591	(3.019)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas - reflexo	(24.481)	9.725	(24.481)	9.725
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	(9.687)	-	(9.687)	-
Resultado abrangente total do exercício	(60.261)	517.358	(50.524)	565.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Controladora e Consolidado

	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial			Reservas			Lucro acumulado	Total	Participação de não controladores	Total
		Capital social	Própria	Reflexa	Reserva legal	Reserva de integralidade	Reserva de lucros				
Saldo em 1º de abril de 2023		376.774	54.197	(17.978)	58.240	301.419	494.537	-	1.267.189	104.967	1.372.156
Aumento de capital com reservas	27	84.031	-	-	-	-	(84.031)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído		-	(5.515)	-	-	-	-	5.515	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida		-	-	193	-	-	-	(193)	-	-	-
Variação cambial de investidas no exterior		-	(3.019)	-	-	-	-	-	(3.019)	-	(3.019)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas		-	-	9.725	-	-	-	-	9.725	-	9.725
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	510.652	510.652	48.123	558.775
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva legal		-	-	-	25.799	-	-	(25.799)	-	-	-
Constituição de reserva de integralidade		-	-	-	-	67.225	-	(67.225)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro		-	-	-	-	-	300.407	(300.407)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto		-	-	-	-	-	-	(69.659)	(69.659)	-	(69.659)
Dividendos a pagar	15	-	-	-	-	-	-	(52.884)	(52.884)	-	(52.884)
Saldo em 31 de março de 2024		460.805	45.663	(8.060)	84.039	368.644	710.913	-	1.662.004	153.090	1.815.094

	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial			Reservas			Lucro acumulado	Total	Participação de não controladores	Total
		Capital social	Própria	Reflexa	Reserva legal	Reserva de integralidade	Reserva de lucros				
Saldo em 1º de abril de 2024		460.805	45.663	(8.060)	84.039	368.644	710.913	-	1.662.004	153.090	1.815.094
Aumento de capital com reservas	27	134.879	-	-	-	-	(134.879)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído		-	(5.013)	-	-	-	-	5.013	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida		-	-	2	-	-	-	(2)	-	-	-
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>		-	(9.687)	-	-	-	-	-	(9.687)	-	(9.687)
Variação cambial de investidas no exterior		-	9.591	-	-	-	-	-	9.591	-	9.591
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas		-	-	(24.481)	-	-	-	-	(24.481)	-	(24.481)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(35.684)	(35.684)	9.737	(25.947)
Destinação do lucro:											
Utilização da reserva de integralidade		-	-	-	-	(60.673)	-	60.673	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	15	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)	-	(30.000)
Saldo em 31 de março de 2025		595.684	40.554	(32.539)	84.039	307.971	576.034	-	1.571.743	162.827	1.734.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		(121.538)	685.346	(99.983)	818.376
Ajustes de:					
Depreciação e amortização		705.393	635.885	724.532	643.183
Depreciação da planta portadora	17	180.309	160.123	180.309	160.123
Consumo do ativo biológico	10	(8.049)	2.084	(16.052)	2.084
Variação no valor justo do ativo biológico	10	52.273	128.101	56.370	128.101
Baixa de ativos imobilizados		3.707	6.098	3.707	43.570
Provisão para perdas de ativos imobilizados	17	4.430	-	4.430	-
Participação nos resultados de empresas investidas	16	(60.612)	(38.431)	(48.189)	(46.965)
Provisão para perdas em investimentos	16	-	35.060	-	-
Perdas em investimentos	16	5.655	-	5.655	-
Resultado com derivativos	6	26.841	(2.191)	26.841	(2.191)
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>		(9.687)	-	(9.687)	-
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável dos estoques	9	5.586	(3.292)	8.640	(22.667)
Variações cambiais imobilizados e intangíveis		-	-	(1.344)	962
Juros e variações com direito de uso	18	129.691	140.988	137.261	140.988
Realização de ajuste a valor presente		-	(2.638)	-	(2.638)
Apropriação de encargos financeiros e variação cambial de empréstimos	21	425.747	379.426	455.775	380.338
Constituição de provisões para contingências	26	7.396	240.993	7.684	338.342
Variações monetárias de contingências	26	2.282	9.249	3.303	10.095
Investimento não controladas		476	(26.934)	8.925	4.780
Variações em:					
Clientes		46.050	42.994	(39.201)	22.284
Instrumentos financeiros derivativos pagos		2.191	11.842	2.191	11.842
Contas a receber - Cooperativa		(29.994)	214.489	(34.920)	219.838
Dividendos a receber		(458)	(329)	(458)	(329)
Estoques		89.757	(75.039)	147.230	(32.292)
Adiantamentos a fornecedores		1.542	13.032	529	12.936
Impostos a recuperar	12	9.945	32.003	3.218	32.815
Imposto de renda e contribuição social	14	(33.607)	(154.239)	(67.035)	(223.741)
Outros ativos		(7.641)	34.441	(6.503)	33.733
Depósitos judiciais	11	(122.172)	(122.579)	(180.189)	(161.603)
Fornecedores	20	(19.574)	(39.970)	(48.848)	(38.557)
Impostos e contribuições a recolher		14.696	31.815	45.330	23.819
Tributos parcelados		(4.704)	(16.857)	(6.823)	(16.857)
Salários e contribuições sociais		18.995	17.568	9.788	22.240
Reversão de provisão para contingências, liquidações	26	(10.465)	(8.256)	(10.465)	(8.256)
Outros passivos	15	77.430	(15.441)	27.388	(15.118)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.381.891	2.315.341	1.289.409	2.479.235
Juros pagos		(6.058)	(936)	(6.058)	(936)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	21	(312.084)	(364.154)	(321.797)	(364.154)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.553)	(33.849)	(24.434)	(40.776)
Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais		1.049.196	1.916.402	937.120	2.073.369
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos da investida	16	27.641	48.086	27.222	48.086
Aumento de capital social em controladas		(131.928)	-	-	-
Aquisições de negócios, líquidos de caixa adquirido	40	(324.307)	-	(295.138)	-
Escrow - Retenções em garantia		(18.461)	-	(18.461)	-
Aplicações financeiras	5	-	-	38.129	3.621
Rendimento/Aquisição de cota "FIDC"		14.189	25.663	14.189	25.663
Gastos com plantio e tratos culturais	17	(216.136)	(280.277)	(230.290)	(280.277)
Aquisição de ativo imobilizado	17	(318.812)	(452.000)	(341.997)	(455.661)
Aquisição de ativo intangível	19	(2.102)	(12.305)	(2.102)	(12.348)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(969.916)	(670.833)	(808.448)	(670.916)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Mútuo financeiro		303	363	303	363
Pagamento de arrendamento	18	(517.293)	(504.778)	(534.643)	(504.778)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	21	2.126.306	1.160.956	2.126.306	1.142.145
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	21	(1.912.177)	(1.192.749)	(1.976.049)	(1.215.059)
Empréstimos e financiamentos "FIDC"	21	-	-	57.794	27.878
Dividendos pagos	15	(18.301)	(93.219)	(18.301)	(93.219)
Juros sobre o capital próprio	15	(92.579)	(32.798)	(92.579)	(32.798)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		(413.741)	(662.225)	(437.169)	(675.468)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(334.461)	583.344	(308.497)	726.985
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.878.541	1.295.197	2.273.746	1.546.761
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.544.080	1.878.541	1.965.249	2.273.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas	4.400.285	4.238.984	4.664.897	4.373.498
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	3.797.441	3.609.515	4.033.916	3.744.029
Receitas referentes a construção de ativos próprios	602.844	629.469	630.981	629.469
Insumos adquiridos de terceiros	(2.459.439)	(2.434.393)	(2.647.508)	(2.556.807)
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.670.817)	(1.644.361)	(1.802.897)	(1.726.639)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(782.814)	(790.032)	(837.231)	(830.168)
Perda/recuperação de valores ativos	(5.808)	-	(7.380)	-
Valor adicionado bruto	1.940.846	1.804.591	2.017.389	1.816.691
Depreciação e amortização	(705.393)	(635.885)	(724.532)	(643.183)
Ativos biológicos colhidos	(52.273)	(128.101)	(56.370)	(128.101)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.183.180	1.040.605	1.236.487	1.045.407
Valor adicionado recebido em transferência	244.051	964.358	265.074	1.174.042
Resultado de equivalência patrimonial	60.612	38.431	48.189	46.965
Receitas financeiras	169.676	161.767	204.728	188.888
Outras	13.763	764.160	12.157	938.189
Valor adicionado total a distribuir	1.427.231	2.004.963	1.501.561	2.219.449
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	521.261	439.464	545.773	470.818
Remuneração direta	304.764	282.462	327.478	304.422
Benefícios	192.596	135.304	193.911	144.698
FGTS	23.901	21.698	24.384	21.698
Impostos, taxas e contribuições	250.649	450.398	266.516	536.154
Federais	99.382	339.127	112.382	424.033
Estaduais	151.267	111.271	154.134	112.121
Remuneração de capitais de terceiros	691.005	604.449	715.219	653.702
Juros	669.695	560.609	695.575	565.794
Aluguéis	11.133	3.847	11.199	3.847
Variações cambiais	(20.347)	1.619	(20.653)	2.646
Outros	30.524	38.374	29.098	81.415
Remuneração de capitais próprios	(35.684)	510.652	(25.947)	558.775
Dividendos	-	52.884	-	52.884
Juros sobre o capital próprio	30.000	69.659	30.000	69.659
Lucros retidos e prejuízos do exercício	(65.684)	388.109	(65.684)	388.109
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	9.737	48.123
Valor adicionado distribuído e retido	1.427.231	2.004.963	1.501.561	2.219.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



1. Contexto operacional

A Açucareira Quatá S.A. (“Companhia”, ou “AQ”) e suas controladas (“Grupo”) têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço. A Companhia atua na produção de derivados de levedura para comercialização independente da Cooperativa, substancialmente, no mercado externo por meio da unidade de negócio Biorigin.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“Cooperativa”), desde a sua fundação no ano de 1959, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66).

Combinação de negócios

Em 29 de novembro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social da Salto Botelho Agroenergia S.A. (“USB”). A transação que havia sido anunciada em 17 de outubro de 2024, foi finalizada a conclusão das condições precedentes, as quais incluía a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e publicada no Diário Oficial da União em 26 de novembro de 2024. A contraprestação da transação totalizou R\$ 324.307 após os ajustes previstos no contrato de compra. A compra visa ampliar a produção de açúcar, etanol e energia elétrica da Companhia. Com a aquisição, a Companhia passa a ter quatro unidades agroindustriais em São Paulo, aumentando sua capacidade de moagem em 15%, totalizando 13,8 milhões de toneladas, e posicionando-se entre as 10 maiores produtoras de cana-de-açúcar do Brasil. Os detalhes desta combinação de negócios estão descritos na nota 40.

Parceria estratégica

Em 3 de outubro de 2024, a Companhia anunciou a assinatura do intensão de venda do controle da unidade de produção de biotecnologia, Biorigin ao Groupe *Lesaffre* S.A. (“*Lesaffre*”), um importante player global no setor de leveduras, fermentação e ingredientes à base de levedura. A transação envolve a segregação das operações desta unidade de negócio localizada em Quatá/SP em uma nova subsidiária, Biorigin S.A (“Biorigin”) como divulgado na nota 2.2 e 16, com a venda de 70% dessa nova entidade para a *Lesaffre*. A Companhia permanecerá como acionista, detendo 30% do capital social da BISA. A nota 42 divulga as informações relativas à operação.



2. Políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico, pelos ativos e passivos identificáveis líquidos de combinação de negócio e instrumentos financeiros derivativos e que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos membros da governança em 26 de junho de 2025.

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2025 e 2024. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);

Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e

A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidora).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros da Companhia são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

	Atividade Operacional	Empresas consolidadas			
		31/03/2025		31/03/2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Biorigin Europe N.V. (Biorigin Europe)	Revenda de levedura	100%	-	100%	-
Biorigin USA, LLC (Biorigin USA)	Holding	100%	-	100%	-
PTX Food Corp. (PTX)	Fabricação e revenda	-	100%	-	100%
TPZB Realty, LLC (TPZB)	Imóvel	-	100%	-	100%
Biorigin S.A.	Produção e comercialização de leveduras	100%	-	-	-
Usina de Salto Botelho Agroenergia (USB)	Sucroenergético	100%	-	-	-
União São Paulo S.A. Agric. Ind. E Comércio (USP)	Administrativas	46%	-	46%	-
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - nota explicativa 5	Investimentos	-	-	37%	-

Conforme divulgado na nota 1 e 42, durante o exercício findo em 31 de março de 2025, foi constituída a companhia Biorigin S.A. (“Biorigin”), com o objetivo de atuar no setor de produção e comercialização de leveduras, fermentação e ingredientes a base de leveduras a partir da biomassa de cana-de-açúcar. A nova empresa integra o grupo econômico e suas demonstrações financeiras e foram incluídas no processo de consolidação.

Como comentado na nota 1 e 40, em 29 de novembro de 2024 a Companhia concluiu a aquisição de 100% as ações da USB. A partir da data de aquisição e consequente tomada de controle, as informações financeiras da nova controlada passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Combinações de negócios e ágio

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos assumidos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor líquido de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores líquidos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor líquido na data da aquisição de qualquer participação patrimonial adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

O ágio é a diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, avaliados pela expectativa de recuperabilidade futura (*goodwill*). O ágio de aquisições de controladas é divulgado nas rubricas “Investimentos” e “Intangível”, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.3. Combinações de negócios e ágio--Continuação

Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido a conta de investimentos nas demonstrações financeiras da controladora e no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.4. Investimentos em coligadas

Coligada é toda entidade sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Operação em conjunto é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As considerações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. Portanto, reversões de desvalorizações podem incluir efetivamente a reversão de desvalorizações de ágio. As desvalorizações e reversões são apresentadas em conjunto com a “Equivalência patrimonial” na demonstração resultado do exercício.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.4 Investimentos em coligadas--Continuação

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda em “Participação em lucros de coligada”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Os investimentos das coligadas é composto pelas seguintes entidades:

		Coligadas	
	Atividade Operacional	31/03/2025	31/03/2024
Açucareira Quatá S.A.			
Copersucar S.A.	Investimentos	11,99%	12,33%
Centro de Tecnologia Canavieira (CTC)	Investimentos	0,98%	0,98%



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.5. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como, por exemplo, ativo biológico)) ao valor justo em cada data de fechamento.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo em uma combinação de negócios.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.5. Mensuração do valor justo--Continuação

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela administração, após discussão com o Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos (“CFAR”) e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins dessa análise, a administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

Em caráter interino, a administração da Companhia apresenta os resultados da avaliação ao CFAR e aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.6. Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece a receita quando seu valor possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita de contrato com cliente são apresentadas na Nota 3.

Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia e suas controladas em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

As vendas desses produtos são reconhecidas no momento da entrega dos produtos ao cliente. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adere à estrutura conceitual da norma, que inclui a identificação das obrigações de desempenho, a definição do preço da transação e a alocação do preço da transação.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.6. Receita de contrato com cliente—Continuação

Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem e cumprem com a obrigação de desempenho.

2.7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, determinado no seu reconhecimento inicial e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzidas as eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no Valor Justo do Ativo Biológico", deduzidos dos custos de vendas, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado

2.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – corrente

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.8. Tributos—Continuação

Tributos diferidos--Continuação

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção como um resultado das medidas de redução da emissão de gás carbônico.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.8. Tributos—Continuação

Tributos diferidos--Continuação

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.9. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando autorizada pelos membros da governança e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme divulgado no Nota 17.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.11. Ativos intangíveis—Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Patentes e licenças

A Companhia realizou pagamentos antecipados para adquirir patentes e licenças. As patentes foram concedidas para um período de dez anos pela agência governamental competente, com a opção de renovação no fim do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de cinco e dez anos, dependendo da licença específica. As licenças preveem a opção de renovação quando a Companhia cumprir as condições da licença, por um custo baixo ou mesmo sem ônus para a Companhia (para mais detalhes, vide Nota 19). Assim, essas licenças são consideradas como de vida útil indefinida.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Licenças	Patentes	Desenvolvimento de produtos	Ágio	Ativo de contratos
Vida útil	Indefinida	Indefinida	Definida (1 a 5 anos)	Indefinida	Definida
Método de amortização utilizado	Não amortizada	Não amortizada	Amortizados ao longo do período de vendas futuras esperadas do correspondente projeto de forma linear	Não amortizada	Definida (8 meses)
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos	Adquiridos	Gerados internamente	Adquiridos	Adquiridos



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.12.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.6 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

2.12.1 Ativos financeiros—Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.12.2 Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes (vide Nota 6).

2.12.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

2.12.4 Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia optou por classificar irrevogavelmente seus investimentos patrimoniais não registrados em bolsa nesta categoria.

2.12.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

2.12.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3;
- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Nota 28; e
- Contas a receber de clientes - Nota 7.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

2.12.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--continuação

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, a Companhia avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. Além disso, a Companhia considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são compostos exclusivamente de títulos cotados na categoria de investimento superior (Muito bom e Bom) pela Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito e, portanto, são considerados investimentos de baixo risco de crédito. Constitui política da Companhia mensurar as perdas de crédito esperadas sobre esses instrumentos em uma base de 12 meses. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a origemação, a provisão será baseada na perda de crédito esperada vitalícia. A Companhia utiliza as classificações (*ratings*) da Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito para determinar se o instrumento da dívida aumentou significativamente em termos de risco de crédito e para estimar as perdas de crédito esperadas.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

2.12.6 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial individual e consolidado são incluídos nas atividades operacionais.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

2.12.7 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

2.12.8 Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 21.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

2.12.9 Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.12.10 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.13. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

2.13.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros e contratos a termo de *commodities*, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de *commodities*, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de *hedge*, os referidos instrumentos de proteção são classificados como:

- *Hedges* de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido;
- *Hedges* de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido; ou
- *Hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.13. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*—Continuação

2.13.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo

A mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.13. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*—Continuação

2.13.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de *hedge* de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de *hedge* e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de *hedge*.

A Companhia utiliza contratos futuros de moedas como *hedge* de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes, bem como contratos futuros de *commodities* para sua exposição à volatilidade nos preços de *commodities*. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como outras despesas, e a parte ineficaz relativa a contratos de *commodities* é reconhecida em outras despesas operacionais. Vide Nota 28 para mais detalhes.

A Companhia designa exclusivamente o elemento à vista de contratos a termo como instrumento de *hedge*. O elemento a termo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente do objeto de *hedge*. Se a transação objeto de *hedge* subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é retirado do componente separado do patrimônio líquido e incluído no custo inicial ou em outro valor contábil do ativo ou passivo protegido. Não se trata de um ajuste de reclassificação e não será reconhecido em outros resultados abrangentes para o período. Isso também se aplica quando a transação prevista protegida por *hedge* de um ativo não financeiro ou passivo não financeiro torna-se subsequentemente um compromisso firme para o qual é aplicada a contabilização de *hedge* de valor justo.

Para quaisquer outros *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.14. Estoques

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3;
- Estoques - Nota 9;
- Ativos intangíveis - Nota 19.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros—Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros—Continuação

A Companhia avalia se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso. Para uma discussão mais detalhada sobre o impacto dos riscos relacionados ao clima no valor em uso.

2.16. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Entidade.

2.17. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.17. Provisões—Continuação

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.19. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data de reporte.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.19. Conversão de moeda estrangeira—Continuação

Transações e saldos--Continuação

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido. Essas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial sobre esses itens monetários são também reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente).

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Companhia reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Companhia determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

Empresas da Companhia

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.20. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, A Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.20. Arrendamentos—Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Companhia usa a sua taxa de CDI na data de término do contrato porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.21. Eventos após o período de relatório

Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, Ela avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.22. Lucro por ação (LPA)

O LPA básico é calculado dividindo o lucro do ano atribuível aos detentores de capital ordinário (titulares de ações ordinárias) da controladora pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O LPA diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital ordinário da controladora (após o ajuste para juros sobre as ações preferenciais conversíveis) pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano mais a média ponderada do número de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais delitivas em ações ordinárias.

2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

2.23.1 IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

2.23.1 IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras—Continuação

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

2.23.2 IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19.

2.23.3 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado. Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.



2. Políticas contábeis materiais—Continuação

2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

2.23.3 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado. Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial—Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.23.4 Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.



3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1. Julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota Explicativa nº 10: Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Nota Explicativa nº 14: Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.



3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas—Continuação

Nota Explicativa nº 17: Revisão da vida útil do imobilizado

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

Nota Explicativa nº 18: Taxa de desconto para direito de uso

Para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi utilizada uma projeção de CDI Futuro baseada na vida útil dos contratos de terras vigentes.

Nota Explicativa nº 19: Intangível

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nota Explicativa nº 26: Provisões

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.



4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Caixa e bancos	111.743	9.256	167.946	68.702
Aplicações financeiras	1.432.337	1.869.285	1.797.303	2.205.044
Total	1.544.080	1.878.541	1.965.249	2.273.746

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações CDB (Certificado de depósito bancário), com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 100,98% (102,15% em março de 2024), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Aplicações financeiras restritas (i)	18.461	-	24.282	26.117
FIDC	11.423	25.612	11.423	83.406
Total	29.884	25.612	35.705	109.523

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, referiam-se exclusivamente as aplicações financeiras restritas da USP, remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, numa média ponderada de 99,16%, esse valor é oriundo de discussão judicial tributária do IRPJ e CSLL, do período de 1994 e 1995. Em julho de 2024, houve uma alteração na garantia do processo, substituindo a aplicação restrita por uma carta fiança. Com isso a aplicação restrita foi totalmente liberada.

Em 31 de março de 2025, do montante de R\$ 24.282, o R\$ 18.461 (controladora) refere-se à Escrow, firmada entre a Companhia e os vendedores na negociação da aquisição USB (Nota 40), onde um terceiro neutro mantém e regula o pagamento de fundos entre duas partes em uma transação. Esses fundos são liberados conforme o cumprimento das condições contratuais, garantindo segurança e transparência na transação. E o valor de R\$ 5.821 referem-se as aplicações financeiras restritas da USB, remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, numa média ponderada de 100%.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórias (FIDC)

Em 04 de outubro de 2024, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais Receivables e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas Mezanino, cuja integralização de recursos ocorreu em 04 de outubro de 2024. O Fundo foi estruturado com o saldo total de R\$ 75.651, tendo como cotistas inicialmente a Companhia, que participa com cota subordinada correspondendo a 15% e participação de terceiros com o restante das cotas que são de mezanino e sênior, correspondendo a 5% e 80% respectivamente. O saldo atualizado em 31 de março de 2025 é R\$ 11.423.

Em 18 de outubro de 2024, a Açucareira Quatá S.A. encerrou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais Receivables e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas Receivables, cuja liquidação de recursos ocorreu em 18 de outubro de 2024 no montante de R\$ 28.374.



6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (*Non-Deliverable Forwards*), contratadas para proteção da projeção de exportação de derivados de levedura e açúcar, as operações de NDF estão refletidas nas demonstrações contábeis da Companhia com base na marcação a mercado fornecida pelas Instituições Financeiras detentora do contrato da operação.

	Controladora e Consolidado					
	31/03/2025			31/03/2024		
	Valor de referência (nacional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro	Valor de referência (nacional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro
Swap de taxa de juros						
Swap de valor justo - (BRL) (i)	(1.599.684)	(26.880)	(26.880)	(300.000)	1.786	1.786
Contrato a termo - NDF						
Posição vendida						
Moeda estrangeira (USD)	8.300	(682)	(682)	16.050	(112)	(112)
Moeda estrangeira (EURO)	9.600	721	721	17.235	517	517
		(26.841)			2.191	
Ativo circulante		6.075			2.948	
Passivo circulante		(32.916)			(757)	

(i) Referem-se a Swap de taxa de juros com indexador de IPCA para CDI, detalhes na nota explicativa 28.



7. Clientes

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Contas a receber mercado interno	27.359	31.984	29.146	32.143
Contas a receber mercado externo	-	-	122.329	73.289
Contas a receber de partes relacionadas	158.559	199.311	-	-
(-) Perda em créditos de liquidação duvidosa	(1.289)	(616)	(2.852)	(599)
	184.629	230.679	148.623	104.833
Circulante	180.863	222.450	144.857	96.446
Não circulante	3.766	8.229	3.766	8.387

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
A vencer				
Até 30 dias	19.473	19.181	64.815	41.875
De 31 a 90 dias	29.384	40.270	59.198	37.068
De 91 a 180 dias	10.057	22.621	11.575	5.452
Acima de 180 dias	3.766	9.056	3.766	8.542
	62.680	91.128	139.354	92.937
Vencidos				
Até 30 dias	12.720	16.894	5.407	8.225
De 31 a 90 dias	23.299	24.299	807	1.828
De 91 a 180 dias	36.414	30.029	4	446
Acima de 180 dias	49.516	68.329	3.051	1.397
	121.949	139.551	9.269	11.896
	184.629	230.679	148.623	104.833

O Grupo mensura como perda de crédito para dívidas de contas a receber que são classificadas como de baixo risco, assim como os saldos de equivalentes de caixa, desde que o risco de crédito e inadimplência não tenham aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Todos os títulos registrados são analisados, sendo que, aqueles com vencimentos superiores a 30 dias começam a ser avaliados qualitativamente, clientes com saldo em aberto a mais de 6 meses e inferior a R\$ 15 é realizado a baixa definitiva do valor, pois consideramos ser de difícil recuperação.

8. Contas a receber - Cooperativa

A Companhia é cooperada da Copersucar S.A. (Copersucar) a qual é a comercializadora de açúcar e etanol de seus cooperados.

Em 31 de março de 2025 os montantes de R\$ 69.426 controladora e R\$ 69.727 consolidado (R\$ 52.132 controladora e R\$ 52.613 consolidado em março de 2024) a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia.



8. Contas a receber - Cooperativa—Continuação

Os montantes relacionados às contas a receber Cooperativa referem-se a operações relacionadas aos atos cooperados, sendo assim, a diretoria não prevê possibilidades de perdas decorrentes dessas operações.

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, foi realizado o levantamento pela Cooperativa de uma primeira parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, no valor bruto de R\$ 906.000, representando 5,5% do total das requisições de pagamento.

a) Outros ativos financeiros

O Grupo recebeu até a data de 31 de março de 2024, todas as parcelas de precatório devidas no montante líquido de R\$ 2.488.502 (R\$ 2.027.119 na Controladora) e a Copersucar reteve o valor de R\$ 290.466 (R\$ 236.122 na Controladora).

Na safra 18/19 o Grupo recebeu líquido R\$ 90.975 (R\$ 73.954 na Controladora) referente 1ª parcela do 1º Precatório a Copersucar reteve R\$ 14.388 referente a PIS/COFINS (R\$ 11.696 na Controladora).

Na safra 19/20 o Grupo recebeu líquido R\$ 290.309 (R\$ 236.000 na Controladora) referente 2ª parcela do 1º Precatório e 1ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 33.384 referente a PIS/COFINS (R\$ 27.138 na Controladora).

Na safra 20/21 o Grupo recebeu líquido R\$ 318.762 (R\$ 259.124 na Controladora) referente 3ª parcela do 1º Precatório e 2ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 36.657 referente a PIS/COFINS (R\$ 29.799 na Controladora).

Na safra 21/22 o Grupo recebeu líquido R\$ 345.498 (R\$ 280.858 na Controladora) referente 4ª parcela do 1º Precatório e 3ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 39.719 referente a PIS/COFINS (R\$ 32.288 na Controladora).

Na safra 22/23 o Grupo recebeu líquido R\$ 395.938 (R\$ 321.861 na Controladora) referente a 5ª parcela do 1º Precatório e 4ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 45.509 referente a PIS/COFINS (R\$ 36.994 na Controladora).

Na safra 23/24 o Grupo recebeu líquido R\$ 1.047.019 (R\$ 855.322 na Controladora) referente a 6ª parcela do 1º Precatório, a 5ª e 6ª parcelas do 2º Precatório e a parcela única do 3º Precatório a Copersucar reteve R\$ 120.810 referente a PIS/COFINS (R\$ 98.207 na Controladora). Nota explicativa 31.

A Companhia está discutindo judicialmente a incidência dos tributos PIS, Cofins, Impostos de Renda e Contribuição Social.



9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Produtos acabados entregues à Cooperativa				
Açúcar	397	514	398	514
Etanol	-	-	76	-
Derivados de levedura	30.110	158.043	177.375	287.898
Produtos semi-acabados	2.690	31.320	19.065	31.320
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	141.269	184.835	216.426	220.505
Renovabio - CBIOS (i)	26.892	40.674	26.892	40.674
Provisão para redução ao valor recuperável e perda dos estoques	(5.728)	(11.314)	(45.275)	(53.915)
	195.630	404.072	394.957	526.996

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de março de 2024	11.314	53.915
Reversão de provisão	(6.797)	(49.399)
Constituição de provisão	1.211	40.759
Saldo em 31 de março de 2025	5.728	45.275

- (i) Em 31 de março de 2025, existiam 390 mil CBIOS escriturados e registrados a valor realizável líquido (400 mil CBIOS em 31 de março de 2024).

10. Ativos biológicos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Custo histórico	185.651	177.602	212.538	177.602
Valor justo (i)	50.185	102.458	54.148	102.458
Ao final do exercício	235.836	280.060	266.686	280.060

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
No início do exercício	280.060	410.245	280.060	410.245
Combinação de negócios USB (nota 40)	-	-	26.944	-
Aumentos decorrentes de tratos culturais	184.710	175.880	192.713	175.880
Redução decorrentes da colheita	(176.661)	(177.964)	(176.661)	(177.964)
Variação no valor justo (i)	(52.273)	(128.101)	(56.370)	(128.101)
Ao final do exercício	235.836	280.060	266.686	280.060

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Área estimada de colheita (hectares)	58.262	51.580	69.184	51.580
Produtividade do canavial (tonelada/hectare)	69	70	69	70
Quantidade de ATR (kg)	136,00	135,60	136,00	135,60
Valor médio ATR	1,2507	1,3190	1,2690	1,3190
Taxa de desconto - WACC	10,43%	9,97%	10,43%	9,97%



10. Ativos biológicos—Continuação

- (i) A variação no valor justo dos ativos biológicos para a safra 2025/2026 deve-se principalmente à expansão da área cultivada, que aumentou de 51.580 para 69.184 hectares, incluindo 10.922 hectares da aquisição da USB. Houve também uma variação no preço do ATR (Açúcar Total Recuperável), acompanhando as tendências do mercado e o mix da Companhia. Os demais parâmetros permaneceram estáveis em relação a março de 2024.

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

i) *Riscos regulatórios e ambientais*

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A diretoria estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

ii) *Risco de oferta e demanda*

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol e derivados de levedura produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A diretoria realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

iii) *Riscos climáticos e outros*

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do Açúcar Total Recuperável - ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.



11. Depósitos judiciais

	Controladora			
	1º de abril de 2024	Adições	Baixas	Atualização monetária
Tributárias (i)	441.211	122.761	(1.458)	1.882
Cíveis e ambientais	2.315	112	(1.198)	157
Trabalhistas	2.058	100	(318)	134
Total de depósitos judiciais	445.584	122.973	(2.974)	2.173

	Consolidado				
	1º de abril de 2024	Combinação de negócios USB	Adições	Baixas	Atualização monetária
Tributárias (i)	618.981	-	180.762	(3.631)	4.080
Cíveis e ambientais	2.320	-	112	(1.198)	157
Trabalhistas	2.059	13	93	(318)	132
Total de depósitos judiciais	623.360	13	180.967	(5.147)	4.369

- (i) Referem-se substancialmente a depósitos judiciais relacionados a tributação dos recursos recebidos na ação indenizatória do IAA, mencionada na nota 26 no valor de R\$ 558.105 na controladora e R\$ 788.431 no consolidado em 31 de março de 2025.

12. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	62.575	85.560	71.053	85.560
PIS - Programa de Integração Social (i)	2.917	1.801	3.147	1.801
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (i)	9.593	7.690	10.936	7.690
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (ii)	16.950	7.720	20.624	8.385
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Val. Tributários (iii)	4.315	3.857	4.570	3.857
Outros	1.337	1.004	2.489	1.960
	97.687	107.632	112.819	109.253
Circulante	50.490	40.543	65.540	42.164
Não circulante	47.197	67.089	47.279	67.089

- (i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza em escrituração gráfica, além da compensação em conta gráfica, os créditos podem ser transferidos para a Cooperativa.
- (ii) Corresponde ao imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. O imposto retido compõe o saldo negativo de imposto de renda ao final de cada exercício fiscal e pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil. A Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem ocorrência de perdas.
- (iii) Refere-se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, objetivando o aumento da competitividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior ("PBM"), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado.



12. Impostos a recuperar—Continuação

Na eventualidade de remanescerem créditos acumulados da atividade agrícola por meio dos estabelecimentos agrícolas filiais da Companhia, esta poderá se valer do processo de crédito acumulado de acordo com a legislação do Estado de São Paulo para viabilizar sua completa monetização.

Em relação ao Pis e Cofins, os créditos vinculados nas receitas de exportação e nas receitas oriundas do açúcar comercializados no mercado interno, além da compensação em conta gráfica, podem ser compensados com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil e ou Pedido de Ressarcimento em moeda.

Tanto em relação aos créditos de ICMS, como aos créditos de PIS e COFINS, a Companhia estima que os saldos existentes em 31 de março de 2025 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

13. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar (i)	790	813	49.976	813
Adiantamento a fornecedores diversos	2.211	3.730	2.814	3.831
Total de adiantamentos	3.001	4.543	52.790	4.644

(i) Esses adiantamentos são valores pagos antecipadamente aos parceiros de cana da controlada USB.



14. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Saldo em 1º de abril de 2024	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31 de março de 2025
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais do imposto de renda	14.193	38.883	-	53.076
Base negativa da contribuição social	4.393	13.784	-	18.177
Provisão para contingências	171.117	(608)	-	170.509
Arredamento mercantil	131.029	24.746	-	155.775
Provisão de créditos tributários	2.800	-	-	2.800
PMR / Provisão NF Serviços	13.407	6.327	-	19.734
Energia elétrica	823	3.397	-	4.220
Resultado em operações de mercado futuro	-	4.136	4.990	9.126
Outros	9.902	55	-	9.957
	347.664	90.720	4.990	443.374
Passivo não circulante				
Imobilizado – custo atribuído	(13.575)	1.975	-	(11.600)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(161.835)	33.513	-	(128.322)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	-	(9.854)
Ativo biológico	(34.836)	17.773	-	(17.063)
Resultado em operações de mercado futuro	(745)	745	-	-
Depreciação incentivada	(101.016)	(52.422)	-	(153.438)
Outros	(20.310)	606	-	(19.704)
	(342.171)	2.190	-	(339.981)
Efeito líquido no diferido	5.493	92.910	4.990	103.393
Ativo não circulante	5.493			103.393
	5.493			103.393

	Controladora		
	Saldo em 1º de abril de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	64.921	(50.728)	14.193
Base negativa da contribuição social	22.984	(18.591)	4.393
Provisão para contingências	104.238	66.879	171.117
Arredamento mercantil	107.354	23.675	131.029
Provisão de créditos tributários	2.817	(17)	2.800
PMR / Provisão NF Serviços	9.620	3.787	13.407
Energia elétrica	4.005	(3.182)	823
Outros	7.678	2.224	9.902
	323.617	24.047	347.664
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(9.962)	(3.613)	(13.575)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(156.414)	(5.421)	(161.835)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	(9.854)
Ativo biológico	(78.390)	43.554	(34.836)
Resultado em operações de mercado futuro	(4.026)	3.281	(745)
Depreciação incentivada	(11.524)	(89.492)	(101.016)
Outros	(27.499)	7.189	(20.310)
	(297.669)	(44.502)	(342.171)
Efeito líquido no resultado e ativo (passivo) fiscal diferido líquido	25.948	(20.455)	5.493
Ativo não circulante	25.948		5.493
	25.948		5.493



14. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

a) Composição, natureza e realização dos impostos—Continuação

	Consolidado				
	Saldo em 1º de abril de 2024	Combinação de negócios USB (nota 40)	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31 de março de 2025
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	14.193	28.683	51.178	-	94.054
Base negativa da contribuição social	4.393	10.326	18.210	-	32.929
Provisão para contingências	172.970	-	(229)	-	172.741
Arredamento mercantil	131.029	2.224	25.666	-	158.919
Provisão de créditos tributários	2.800	-	-	-	2.800
PMR / Provisão NF Serviços	32.412	-	(12.678)	-	19.734
Energia elétrica	823	-	3.397	-	4.220
Resultado em operações de mercado futuro	-	-	4.136	4.990	9.126
Outros	8.570	2.540	19.799	-	30.909
	367.190	43.773	109.479	4.990	525.432
Passivo não circulante					
Imobilizado – custo atribuído	(13.575)	(27.597)	(5.558)	-	(46.730)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(161.835)	-	33.513	-	(128.322)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	-	-	(9.854)
Ativo Biológico	(34.836)	(2.740)	19.166	-	(18.410)
Resultado em operações de mercado futuro	(745)	-	745	-	-
Depreciação incentivada	(101.016)	(13.808)	(52.159)	-	(166.983)
Mais-valias	-	(22.072)	-	-	(22.072)
Outros	(24.725)	-	991	-	(23.734)
	(346.586)	(66.217)	(3.302)	-	(416.105)
Efeito líquido no diferido	20.604	(22.444)	106.177	4.990	109.327
Ativo não circulante	20.604				109.327
	20.604				109.327

	Consolidado		
	Saldo em 1º de abril de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	64.921	(50.728)	14.193
Base negativa da contribuição social	22.984	(18.591)	4.393
Provisão para contingências	127.063	45.907	172.970
Arredamento mercantil	107.354	23.675	131.029
Provisão de créditos tributários	2.817	(17)	2.800
PMR / Provisão NF Serviços	9.620	22.792	32.412
Energia elétrica	4.005	(3.182)	823
Outros	15.368	(6.798)	8.570
	354.132	13.058	367.190
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(9.962)	(3.613)	(13.575)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(156.414)	(5.421)	(161.835)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	(9.854)
Ativo Biológico	(78.390)	43.554	(34.836)
Resultado em operações de mercado futuro	(4.026)	3.281	(745)
Depreciação incentivada	(11.524)	(89.492)	(101.016)
Outros	(27.498)	2.773	(24.725)
	(297.668)	(48.918)	(346.586)
Efeito líquido no resultado e ativo (passivo) fiscal diferido líquido	56.464	(35.860)	20.604
Ativo não circulante	56.464		20.604
	56.464		20.604



14. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

a) Composição, natureza e realização dos impostos--Continuação

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos períodos a serem encerrados em:

	Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	26.667	20.263
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	416.707	327.401
	443.374	347.664
	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	29.940	39.268
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	495.492	327.922
	525.432	367.190

A Companhia preve a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

Impostos de renda e contribuição social constituídos sobre prejuízo fiscal acumulados	Controladora	Consolidado
2025/2026	37.204	66.302
2026/2027	25.227	44.958
2027/2028	8.822	15.722
Total	71.253	126.982
Diferenças temporárias	Controladora	Consolidado
Provisões para contingências	170.509	172.741
Arrendamento mercantil CPC 06	155.775	158.919
Provisão PMR	19.734	19.734
Provisão para perdas esperadas	4.509	13.432
Resultado em operações de mercado futuro	9.126	3.477
Imposto de renda pago no exterior	-	17.679
Outras	12.468	12.468
	372.121	398.450
Total	443.374	525.432

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.



14. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2025			31/03/2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	(121.538)	(121.538)	(121.538)	685.346	685.346	685.346
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	30.385	10.938	41.323	(171.337)	(61.681)	(233.018)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucros disponibilizados no exterior	-	-	-	-	(2.413)	(2.413)
Resultado de equivalência patrimonial	15.153	5.455	20.608	9.608	3.459	13.067
Créditos de descarbonização (CBIO)	4.759	4.200	8.959	5.366	4.590	9.956
Juros sobre capital próprio	7.500	2.700	10.200	17.415	6.269	23.684
Outras exclusões e ajustes permanentes	4.483	281	4.764	12.213	1.817	14.030
Tributos no resultado	62.280	23.574	85.854	(126.735)	(47.959)	(174.694)
Corrente	(6.194)	(862)	(7.056)	(111.935)	(42.304)	(154.239)
Diferido	68.474	24.436	92.910	(14.800)	(5.655)	(20.455)
Tributos no resultado	62.280	23.574	85.854	(126.735)	(47.959)	(174.694)
Alíquota efetiva	51,2%	19,4%	70,6%	18,5%	7,0%	25,5%
	31/03/2025			31/03/2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	(99.983)	(99.983)	(99.983)	818.376	818.376	818.376
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	24.996	8.998	33.994	(204.594)	(73.654)	(278.248)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucros disponibilizados no exterior	-	-	-	-	(2.413)	(2.413)
Resultado de equivalência patrimonial	12.047	4.337	16.384	11.741	4.227	15.968
Créditos de descarbonização (CBIO)	4.759	4.200	8.959	5.366	4.590	9.956
Juros sobre capital próprio	7.500	2.700	10.200	17.415	6.269	23.684
Outras exclusões (adições) e ajustes permanentes	427	4.072	4.499	(14.614)	(13.934)	(28.548)
Tributos no resultado	49.729	24.307	74.036	(184.686)	(74.915)	(259.601)
Corrente	(22.570)	(3.537)	(26.107)	(161.561)	(63.708)	(225.269)
Diferido	72.299	27.844	100.143	(23.125)	(11.207)	(34.332)
Tributos no resultado	49.729	24.307	74.036	(184.686)	(74.915)	(259.601)
Alíquota efetiva	49,7%	24,3%	74,0%	22,6%	9,2%	31,7%

c) Ativo fiscal corrente

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	33.261	16.752	43.741	20.452
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	7.352	2.300	10.292	2.651
	40.613	19.052	54.033	23.103

Saldo negativo de exercício anteriores. Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante os exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal. A diretoria da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas, seja pela compensação com tributos administrados pela receita federal, seja pela monetização através do pedido de ressarcimento em espécie.



15. Partes relacionadas

a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Companhia é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos a cada dois anos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Companhia durante o exercício findo em 31 de março de 2025 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 29.699 (R\$ 18.451 em março de 2024).

b) Saldos e operações

Controladora						
31/03/2025						
Nota	CAQ	PTX	BIO BE	Diretores	Total	
Saldos						
Ativo circulante						
Contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	7	-	148.496	6.692	-	155.188
Outras contas a receber	7	569	2.802	-	-	3.371
Adiantamentos a fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)		17.627	-	-	-	17.627
Ativo não circulante						
Mútuo (iii)		-	-	-	636	636
Passivo circulante						
Passivo de arrendamento		30.917	-	-	-	30.917
Passivo não circulante						
Passivo de arrendamento		560.410	-	-	-	560.410
Controladora						
31/03/2025						
	CAQ	PTX	BIO BE	Diretores	Total	
Operações						
Compra de cana-de-açúcar (ii)		95.838	-	-	-	95.838
Despesas compartilhadas (iv)		3.441	10.832	13.982	-	28.255
Controladora						
31/03/2024						
Nota	CAQ	PTX	BIO BE	Diretores	Total	
Saldos						
Ativo circulante						
Contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	7	-	160.673	38.638	-	199.311
Ativo não circulante						
Mútuo (iii)		-	-	-	939	939
Passivo circulante						
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)		2.990	-	-	-	2.990
Passivo de arrendamento		39.976	-	-	-	39.976
Passivo não circulante						
Passivo de arrendamento		493.066	-	-	-	493.066
Controladora						
31/03/2024						
	CAQ	PTX	BIO BE	Diretores	Total	
Operações						
Compra de cana-de-açúcar (ii)		86.072	-	-	-	86.072



15. Partes relacionadas—Continuação

b) Saldos e operações--Continuação

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
	Companhia	Companhia
	Agrícola Quatá	Agrícola Quatá
Saldos		
Ativo circulante		
Outras contas a receber	569	-
Adiantamentos a fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)	17.627	-
Passivo circulante		
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)	-	2.990
Passivo de arrendamento	30.917	39.976
Passivo não circulante		
Passivo de arrendamento	560.410	493.066
		Consolidado
	31/03/2025	31/03/2024
	Companhia	Companhia
	Agrícola Quatá	Agrícola Quatá
Operações		
Compra de cana-de-açúcar (ii)	95.838	86.072
Despesas compartilhadas (iv)	3.441	-

i) *Clientes e outras contas a receber - Venda de derivados de levedura*

Refere-se, substancialmente, às contas a receber decorrentes de exportações realizadas para as empresas ligadas *PTX Food Corporation* e *Biorigin Europe NV*. As transações são realizadas com base nos termos e condições firmados entre as partes.

ii) *Fornecimento de cana-de-açúcar - Compra de cana-de-açúcar*

Decorre de fornecimento de cana-de-açúcar pela Companhia Agrícola Quatá através de contrato de parceria agrícola com a Companhia. A compra da cana-de-açúcar é efetuada a preço balizado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA-SP.

iii) *Mútuo*

O mútuo concedido aos diretores refere-se a benefício para compra de automóvel, prática alinhada ao mercado, trazendo mais flexibilidade na aquisição pelos executivos, diminuindo a administração por parte da empresa e contribuindo com uma forma de retenção destes profissionais. Esses mútuos são descontados em folha de pagamento mensalmente.

As transações com partes relacionadas são realizadas com base nos termos e condições firmados entre as partes.



15. Partes relacionadas—Continuação

iv) Despesas compartilhadas

Compartilhamento de despesas entre diferentes empresas, representando, portanto, transações entre CNPJs distintos. Nesse caso, as despesas são previamente alocadas ao centro de lucro correto, sendo posteriormente objeto de cobrança entre as empresas envolvidas, conforme os critérios estabelecidos. Incluem o compartilhamento entre a Agroindústria e a CAQ, bem como com as empresas no exterior, como as unidades Biorigin Europa (BE) e Biorigin Estados Unidos (PTX), operações nas quais é acrescido um *markup* sobre o valor da despesa compartilhada.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos e a pagar

	Saldo em 1º de abril de 2024	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2025
Dividendos da safra 21/22 (b) Açucareira Quatá S.A.	6.618	-	-	(6.618)	-
Juros sobre o capital próprio da safra 22/23 (c) Açucareira Quatá S.A.	43.951	-	-	(37.001)	6.950
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (d) Açucareira Quatá S.A.	59.210	-	-	(47.628)	11.582
Dividendos da safra 23/24 (e) Açucareira Quatá S.A.	52.884	-	-	(11.683)	41.201
Juros sobre o capital próprio da safra 24/25 (f) Açucareira Quatá S.A.	-	30.000	(4.500)	(3.450)	22.050
Total circulante	162.663	30.000	(4.500)	(106.380)	81.783
Total não circulante	(144.131)				(70.769)
	18.532				11.014

	Saldo em 1º de abril de 2023	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2024
Dividendos da safra 20/21 (a) Açucareira Quatá S.A.	5.863	-	-	(5.863)	-
Dividendos da safra 21/22 (b) Açucareira Quatá S.A.	93.974	-	-	(87.356)	6.618
Juros sobre o capital próprio da safra 22/23 (c) Açucareira Quatá S.A.	66.300	-	-	(22.349)	43.951
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (d) Açucareira Quatá S.A.	-	69.659	(10.449)	-	59.210
Dividendos da safra 23/24 (e) Açucareira Quatá S.A.	-	52.884	-	-	52.884
Total circulante	166.137	122.543	(10.449)	(115.568)	162.663
Total não circulante	(114.192)				(144.131)
	51.945				18.532

- (a) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 82.402 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2021, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 3.433. Durante a safra 23/24 foram pagos o valor de R\$ 5.863.
- (b) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 150.357 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2022, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 6.265. Durante a safra 23/24 foram pagos o valor de R\$ 87.356. Durante a safra 24/25 foram pagos o valor de R\$ 6.618.



15. Partes relacionadas—Continuação

Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos e a pagar--continuação

- (c) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 78.000 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2022. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Na safra 22/23 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio, somente a retenção do IRRF no valor de R\$ 11.700. Na safra 23/24 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 22.349. Na safra 24/25 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 37.001.
- (d) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 69.659 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2023 e março de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 23/24 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio, somente a retenção do IRRF no valor de R\$ 10.449. Na safra 24/25 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 47.628.
- (e) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 52.884 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2024, deliberado o pagamento em 24 parcelas. Durante a safra 24/25 foram pagos o valor de R\$ 11.683.
- (f) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 30.000 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Na safra 24/25 foram pagos retenção do IRRF no valor de R\$ 4.500 e valores a título de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.450.

16. Investimentos

A Companhia registrou receita de R\$ 60.612 controladora e R\$ 48.189 consolidado em 31 de março de 2025 (R\$ 38.431 controladora e R\$ 46.965 consolidado em 31 de março de 2024) de equivalência patrimonial de suas coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto nas demonstrações financeiras individuais.

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2025:

	Controladora 31/03/2025					
	BIO US	BIO BE	Biorigin	USP	USB	Copersucar S.A.
						Total
Em sociedades controladas / coligadas:						
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	1.999.900	75.837.598	89.179.543	255.822.603
Percentual de participação	100,00%	100,00%	100,00%	46,26%	100,00%	11,99%
Capital social	236	678	481.677	25.246	146.272	1.763.827
Patrimônio líquido	(30.502)	121.049	479.141	303.684	89.180	2.053.420
Resultado não realizado acumulado	(2.589)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	5.266	7.476	(1.395)	19.024	(13.877)	401.840
Resultado não realizado no exercício	1.919	21.244	-	-	-	-
Movimentação dos investimentos:						
Em 31 de março de 2024	(35.060)	78.668	-	131.807	-	254.405
Acervo líquido combinação de negócios (nota 40)	-	-	-	-	15.655	15.655
Ágio (nota 40)	-	-	-	-	308.652	308.652
Aumento de capital social (nota 40)	-	-	-	-	129.928	129.928
Aporte de capital em controlada	-	(104.861)	481.677	-	-	376.816
Variação cambial de investimentos no exterior	(5.216)	14.807	-	-	-	9.591
Reversão dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	-	-	-	-	-	329
Dividendos recebidos safra 23/24	-	-	-	(419)	-	(27.641)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 24/25	-	-	-	-	-	(458)
Outros ajustes de participação	-	-	(1.141)	-	-	(23.338)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	7.185	11.386	(1.395)	8.802	(13.555)	60.612
Perda na participação de investida	-	-	-	-	-	(5.655)
Em 31 de março de 2025	(33.091)	-	479.141	140.190	440.680	1.273.170
Total ativo						1.306.261
Total passivo						(33.091)



16. Investimentos—Continuação

O valor negativo de patrimônio líquido da controlada, conforme demonstrado no quadro acima, totalizando o montante de R\$ 33.091 está apresentado como provisão para perdas em investimentos no passivo não circulante da controladora.

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2025:

	BIO US	BIO BE	BISA	USP	USB (i)	Copersucar S.A.
Ativo	123.853	177.151	494.392	557.913	602.427	16.126.617
Passivo	(154.355)	(56.102)	(15.251)	(254.229)	(513.247)	(14.073.197)
Patrimônio líquido	(30.502)	121.049	479.141	303.684	89.180	2.053.420
Receita operacional líquida em março/25	234.777	394.722	-	-	24.321	62.345.156
Lucro líquido do exercício em março/25	5.266	7.476	(1.395)	19.024	(13.877)	401.840

	Consolidado
	31/03/2025
	Copersucar S.A.
Em sociedades controladas / coligadas:	
Ações possuídas	255.822.603
Percentual de participação	11,99%
Capital social	1.763.827
Patrimônio líquido	2.053.420
Lucro líquido do exercício	401.840
Movimentação dos investimentos:	
Em 31 de março de 2024	254.405
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	(23.338)
Perda na participação de investida	(5.655)
Reversão dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	329
Dividendos recebidos da safra 23/24	(27.222)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 24/25	(458)
Participação nos resultados de controladas	48.189
Em 31 de março de 2025	246.250
	Copersucar S.A.
Total do Ativo	16.126.617
Total do Passivo	(14.073.197)
Patrimônio líquido	2.053.420
Receita operacional líquida em março/25	62.345.156
Lucro líquido do exercício em março/25	401.840



16. Investimentos—Continuação

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2024:

	Controladora			
	31/03/2024			
	BIO US	BIO BE	USP	Copersucar S.A.
Em sociedades controladas / coligadas:				Total
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	75.837.598	255.822.603
Percentual de participação	100,00%	100,00%	46,26%	12,33%
Capital social	236	616	25.246	1.726.880
Patrimônio líquido	(30.552)	99.911	284.898	2.048.934
Resultado não realizado acumulado	(4.508)	(21.244)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(46.225)	9.706	90.262	280.633
Resultado não realizado no exercício	(2.086)	(11.688)	-	-
Movimentação dos investimentos:				
Em 31 de março de 2023	14.268	82.652	90.374	253.582
Resultado não realizado	(2.422)	(9.557)	-	-
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.017)	(2.002)	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	24.188
Dividendos proposto da safra 22/23	-	-	-	(72.274)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	-	-	-	(329)
Outros ajustes de participação	2.422	9.557	(326)	9.725
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(46.225)	9.706	41.759	46.965
MEP - Lucros não realizados	(2.086)	(11.688)	-	-
Perda na participação de investida	-	-	-	(7.452)
Em 31 de março de 2024	(35.060)	78.668	131.807	254.405
Total ativo				464.880
Total passivo				(35.060)

O valor negativo de patrimônio líquido da controlada, conforme demonstrado no quadro acima, totalizando o montante de R\$ 35.060 está apresentado como provisão para perdas em investimentos no passivo não circulante da controladora.

	BIO US	BIO BE	USP	Copersucar S.A.
Ativo	139.965	162.043	598.682	16.674.925
Passivo	(170.517)	(62.132)	(313.784)	(14.625.991)
Patrimônio líquido	(30.552)	99.911	284.898	2.048.934
Receita operacional líquida em março/24	201.254	327.529	-	59.022.582
Lucro (prejuízo) líquido do exercício em março/24	(46.225)	9.706	90.262	280.633



16. Investimentos—Continuação

	Consolidado
	31/03/2024
	Copersucar
	S.A.
Em sociedades controladas / coligadas:	
Ações possuídas	255.822.603
Percentual de participação	12,33%
Capital social	1.726.880
Patrimônio líquido	2.048.934
Lucro líquido do exercício	280.633
Movimentação dos investimentos:	
Em 31 de março de 2023	253.582
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	9.725
Perda na participação de investida	(7.452)
Aumento de capital social	24.188
Dividendos proposto da safra 22/23	(72.274)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	(329)
Participação nos resultados de controladas	46.965
Em 31 de março de 2024	254.405
	Copersucar
	S.A.
Total do Ativo	16.674.925
Total do Passivo	(14.625.991)
Patrimônio líquido	2.048.934
Receita operacional líquida em março/24	59.022.582
Lucro líquido do exercício em março/24	280.633

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Zilor, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.



16. Investimentos—Continuação

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.--continuação

Atualmente, membros da diretoria e do conselho de administração da Zilor, representam a Companhia nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que a Companhia exerce influência significativa em sua administração.

Aporte de capital em controlada

Conforme divulgado na nota 2.2, em 2024 foi constituída a Biorigin S.A., durante o exercício foram realizados aportes de capital no montante de R\$ 481.677, em caixa e cisões de acervo líquido da Companhia, como demonstrado abaixo:

Rubricas	Controladora
	31/03/2025
Estoque	113.099
Imposto a recuperar	7.900
Imobilizado	259.439
Intangível	9.584
Investimentos	104.859
Salários e contribuições sociais	(15.204)
Total de acervo líquido aportado	479.677
Caixa	2.000
Total dos aportes	481.677



17. Imobilizado

a) Movimentação do ativo imobilizado

Controladora

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
Em 31 de março de 2023	17.004	175.634	14.604	567.197	159.178	3.519	44.175	610.389	475.496	2.067.196
Aquisição	-	-	-	166	120.283	8	51.483	280.060	280.277	732.277
Baixas	-	(8)	-	(1.724)	(2.814)	(12)	(28)	(1.512)	-	(6.098)
Transferências	-	27.167	18.392	383.022	40.814	6.646	1.625	(477.666)	-	-
Realização de Ajuste a valor presente	-	-	-	-	1.192	-	-	-	1.446	2.638
Depreciação	-	(6.195)	(1.434)	(87.317)	(115.524)	(2.461)	(42.729)	-	(160.123)	(415.783)
Em 31 de março de 2024	17.004	196.598	31.562	861.344	203.129	7.700	54.526	411.271	597.096	2.380.230
Custo total	17.004	307.475	56.959	1.984.471	292.421	34.586	58.656	411.271	945.871	4.108.714
Depreciação acumulada	-	(110.877)	(25.397)	(1.123.127)	(89.292)	(26.886)	(4.130)	-	(348.775)	(1.728.484)
Valor líquido	17.004	196.598	31.562	861.344	203.129	7.700	54.526	411.271	597.096	2.380.230
Em 31 de março de 2024	17.004	196.598	31.562	861.344	203.129	7.700	54.526	411.271	597.096	2.380.230
Aquisição	-	-	-	-	140.745	-	60.317	117.750	216.136	534.948
Baixas	-	(115)	-	(827)	(2.697)	(3)	(34)	-	(31)	(3.707)
Aporte de capital em controlada (nota 16)	(2.272)	(48.566)	(2.616)	(202.389)	(262)	(1.480)	(228)	(1.626)	-	(259.439)
Provisão perdas prováveis	-	-	-	(1.756)	(2.466)	(69)	(139)	-	-	(4.430)
Transferências	2.263	23.997	2.894	421.886	18.348	5.356	1.097	(475.841)	-	-
Depreciação	-	(6.625)	(1.612)	(99.019)	(138.601)	(3.075)	(52.055)	-	(180.309)	(481.296)
Em 31 de março de 2025	16.995	165.289	30.228	979.239	218.196	8.429	63.484	51.554	632.892	2.166.306
Custo total	16.995	265.126	54.703	1.949.392	311.753	32.112	67.152	51.554	1.147.867	3.896.654
Depreciação acumulada	-	(99.837)	(24.475)	(970.153)	(93.557)	(23.683)	(3.668)	-	(514.975)	(1.730.348)
Valor líquido	16.995	165.289	30.228	979.239	218.196	8.429	63.484	51.554	632.892	2.166.306
Valor líquido de:										
Custo histórico	3.861	129.650	30.228	977.470	217.724	8.429	63.484	51.554	632.892	2.115.292
Mais-valia	13.134	35.639	-	1.769	472	-	-	-	-	51.014
	16.995	165.289	30.228	979.239	218.196	8.429	63.484	51.554	632.892	2.166.306
Bens em garantias (b)	11.859	2.307	-	8.622	7.432	-	-	-	-	30.220
Vida Útil		de 30 a 50 anos	25 anos	de 3 a 20 anos	de 3 a 10 anos	de 3 a 20 anos	de 3 a 20 anos		de 5 a 6 anos	



17. Imobilizado—Continuação

a) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

	Consolidado									
	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
Em 31 de março 2023	19.973	180.445	15.635	589.975	159.178	4.075	44.196	630.407	475.497	2.119.381
Aquisição	-	-	-	166	120.283	33	51.483	283.696	280.277	735.938
Baixas	-	(8)	-	(39.196)	(2.814)	(12)	(28)	(1.512)	-	(43.570)
Transferências	-	27.167	18.858	405.490	40.814	6.911	1.625	(500.865)	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	1.192	-	-	-	1.446	2.638
Variação cambial	(284)	162	(20)	(469)	-	(10)	(1)	(336)	-	(958)
Depreciação	-	(6.394)	(1.782)	(93.700)	(115.525)	(2.710)	(42.739)	-	(160.123)	(422.973)
Em 31 de março 2024	19.689	201.372	32.691	862.266	203.128	8.287	54.536	411.390	597.097	2.390.456
Custo total	19.689	315.171	58.488	2.017.441	292.420	37.125	58.826	411.390	945.873	4.156.423
Depreciação acumulada	-	(113.799)	(25.797)	(1.155.175)	(89.292)	(28.838)	(4.290)	-	(348.776)	(1.765.967)
Valor líquido	19.689	201.372	32.691	862.266	203.128	8.287	54.536	411.390	597.097	2.390.456
Em 31 de março 2024	19.689	201.372	32.691	862.266	203.128	8.287	54.536	411.390	597.097	2.390.456
Combinação de negócios USB (nota 40)	3.060	26.899	207	86.186	30.842	348	-	-	62.873	210.415
Aquisição	-	-	-	3.582	151.091	50	64.750	122.524	230.290	572.287
Baixas	-	(115)	-	(827)	(2.697)	(3)	(34)	-	(31)	(3.707)
Provisão perdas prováveis	-	-	-	(1.756)	(2.466)	(69)	(139)	-	-	(4.430)
Transferências	2.263	23.997	2.894	422.887	18.348	5.356	1.098	(476.843)	-	-
Variação cambial	362	678	161	18	-	95	-	17	-	1.331
Depreciação	-	(6.939)	(1.965)	(105.925)	(137.986)	(3.332)	(51.424)	-	(180.309)	(487.880)
Em 31 de março de 2025	25.374	245.892	33.988	1.266.431	260.260	10.732	68.787	57.088	709.920	2.678.472
Custo total	25.374	350.050	59.003	2.294.414	357.878	37.014	72.649	57.088	1.307.535	4.561.005
Depreciação acumulada	-	(104.158)	(25.015)	(1.027.983)	(97.618)	(26.282)	(3.862)	-	(597.615)	(1.882.533)
Valor líquido	25.374	245.892	33.988	1.266.431	260.260	10.732	68.787	57.088	709.920	2.678.472
Valor líquido de:										
Custo histórico	9.748	198.918	33.991	1.238.519	256.027	10.727	68.787	57.088	709.920	2.583.725
Mais-valia	15.626	46.974	(3)	27.912	4.233	5	-	-	-	94.747
	25.374	245.892	33.988	1.266.431	260.260	10.732	68.787	57.088	709.920	2.678.472
Bens em garantias (b)	11.859	2.307	-	8.622	7.432	-	-	-	-	30.220
Vida Útil		de 30 a 50 anos	25 anos	de 3 a 20 anos	de 3 a 10 anos	de 3 a 20 anos	de 3 a 20 anos		de 5 a 6 anos	



17. Imobilizado—Continuação

Em 31 de março de 2025, o montante de obras em andamento era de R\$ 57.088 consolidado. Desse montante, foram aplicados R\$ 18.186 em modernização do parque industrial para o aumento de eficiência, e R\$ 38.902 referem-se a equipamentos para expansão da co-geração de energia na Usina Barra Grande. Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 foi ativado o montante de R\$ 476.843 (R\$ 500.865 em 31 de março de 2024).

A Companhia capitalizou encargos financeiros no montante de R\$ 13.415 durante o e exercício findo em 31 de março de 2025 (R\$ 26.878 em 31 de março de 2024).

b) Garantia

Em 31 de março de 2025, bens com valor contábil de R\$ 30.220 controladora e consolidado (R\$ 32.666 em março de 2024) estavam sujeitos a fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

18. Direito de uso e passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia, equivalente a aproximadamente 100% do CDI futuro para os arrendamentos reconhecidos. Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram em média de 10,02%.

Vigência dos contratos	Taxa CDI Futuro
13 a 24 meses	9,13%
25 a 36 meses	9,29%
37 a 48 meses	9,52%
49 a 60 meses	9,82%
61 a 72 meses	10,02%
73 a 84 meses	10,18%
85 a 96 meses	10,31%
97 a 108 meses	10,40%
109 a 120 meses	10,46%
121 a 132 meses	10,50%
133 a 360 meses	10,54%
Média total	10,02%



18. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	Controladora		Consolidada	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
De 01/04/2025 a 31/03/2026	284.750	291.281	315.005	291.281
De 01/04/2026 a 31/03/2027	261.975	285.541	293.852	285.541
De 01/04/2027 a 31/03/2028	245.200	256.159	275.927	256.159
De 01/04/2028 a 31/03/2029	220.732	234.749	239.460	234.749
De 01/04/2029 a 31/03/2030	210.314	208.117	225.335	208.117
A partir de 01/04/2030	1.143.239	821.801	1.223.429	821.801
	2.366.210	2.097.648	2.573.008	2.097.648

A movimentação do direito de uso em 31 de março de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo, respectivamente:

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2025			31/03/2025		
	Terras	Demais Ativos	Total	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo						
Saldo inicial em 31/03/2024	2.014.417	42.770	2.057.187	2.014.417	42.770	2.057.187
Combinação de negócios USB (nota 40)	-	-	-	174.148	20.738	194.886
Amortização	(369.340)	(31.195)	(400.535)	(379.539)	(33.482)	(413.021)
Novos contratos e renovações	500.914	60.025	560.939	511.046	60.026	571.072
Baixas	(14.993)	-	(14.993)	(14.993)	-	(14.993)
Remensurações (i)	110.218	-	110.218	114.230	-	114.230
Saldo final	2.241.216	71.600	2.312.816	2.419.309	90.052	2.509.361
	Controladora			Consolidado		
	31/03/2025			31/03/2025		
	Terras	Demais Ativos	Total	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo						
Saldo inicial em 31/03/2024	2.052.802	44.846	2.097.648	2.052.802	44.846	2.097.648
Combinação de negócios USB (nota 40)	-	-	-	180.604	21.829	202.433
Amortização	(479.346)	(37.947)	(517.293)	(493.856)	(40.787)	(534.643)
Juros provisionados	120.916	8.775	129.691	127.753	9.508	137.261
Adições e renovações	500.914	60.025	560.939	511.046	60.026	571.072
Baixas	(14.993)	-	(14.993)	(14.993)	-	(14.993)
Remensurações (i)	110.218	-	110.218	114.230	-	114.230
Saldo final	2.290.511	75.699	2.366.210	2.477.586	95.422	2.573.008
Passivo circulante	259.075	25.675	284.750	283.928	31.077	315.005
Passivo não circulante	2.031.436	50.024	2.081.460	2.193.658	64.345	2.258.003
	2.290.511	75.699	2.366.210	2.477.586	95.422	2.573.008
Saldo com partes relacionadas	591.327	-	591.327	591.327	-	591.327
Saldo com demais fornecedores	1.699.184	75.699	1.774.883	1.886.259	95.422	1.981.681



18. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

Controladora e Consolidado			
31/03/2024			
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Saldo inicial em 31/03/2023	2.046.541	6.948	2.053.489
Amortização	(361.610)	(16.124)	(377.734)
Novos contratos e renovações	330.537	51.946	382.483
Baixas	(13.274)	-	(13.274)
Remensurações (i)	12.223	-	12.223
Saldo final	2.014.417	42.770	2.057.187
Controladora e Consolidado			
31/03/2024			
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Saldo inicial em 31/03/2023	2.072.182	7.824	2.080.006
Amortização	(471.947)	(32.831)	(504.778)
Juros provisionados	123.080	17.908	140.988
Novos contratos e renovações	330.538	51.945	382.483
Baixas	(13.274)	-	(13.274)
Remensurações (i)	12.223	-	12.223
Saldo final	2.052.802	44.846	2.097.648
Passivo circulante	269.666	21.615	291.281
Passivo não circulante	1.783.136	23.231	1.806.367
	2.052.802	44.846	2.097.648
Saldo com partes relacionadas	533.042	-	533.042
Saldo com demais fornecedores	1.519.760	44.846	1.564.606

- (i) Atualização do índice de correção composto, substancialmente, pela variação do preço da CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo) aplicado nos contratos de arrendamento e parceria agrícola, aplicável anualmente.



19. Intangível

	Controladora			
	Licenças de software	Marcas e patentes	Outros	Total
Em 1º de abril de 2023	14.320	9.993	-	24.313
Adições	9.705	-	2.600	12.305
Transferências	(13.250)	-	13.250	-
Amortização	(2.491)	-	-	(2.491)
Em 31 de março de 2024	8.284	9.993	15.850	34.127
Custo	41.165	9.993	15.850	67.008
Amortização acumulada	(32.881)	-	-	(32.881)
Saldo contábil líquido	8.284	9.993	15.850	34.127
Em 1º de abril de 2024	8.284	9.993	15.850	34.127
Adições	2.035	67	-	2.102
Aporte de capital em controlada (nota 16)	(408)	(9.176)	-	(9.584)
Amortização	(2.536)	-	(1.335)	(3.871)
Em 31 de março de 2025	7.375	884	14.515	22.774
Custo	37.704	884	15.850	54.438
Amortização acumulada	(30.329)	-	(1.335)	(31.664)
Saldo contábil líquido	7.375	884	14.515	22.774

	Consolidado						
	Licenças de software	Marcas e patentes	Desenvolvimento de produtos	Ágio	Ativo de contratos	Outros	Total
Em 1º de abril de 2023	14.395	9.993	80	-	-	-	24.468
Adições	9.748	-	-	-	-	2.600	12.348
Transferências	(13.250)	-	-	-	-	13.250	-
Variação cambial	(2)	-	(2)	-	-	-	(4)
Amortização	(2.544)	-	(55)	-	-	-	(2.599)
Em 31 de março de 2024	8.347	9.993	23	-	-	15.850	34.213
Custo	41.632	9.993	46.110	-	-	15.850	113.585
Amortização acumulada	(33.285)	-	(46.087)	-	-	-	(79.372)
Saldo contábil líquido	8.347	9.993	23	-	-	15.850	34.213
Em 1º de abril de 2024	8.347	9.993	23	-	-	15.850	34.213
Combinação de negócios (nota 40)	86	-	-	308.652	22.190	-	330.928
Adições	2.035	67	-	-	-	-	2.102
Variação cambial	11	-	2	-	-	-	13
Amortização	(2.580)	-	(25)	-	-	(1.335)	(3.940)
Em 31 de março de 2025	7.899	10.060	-	308.652	22.190	14.515	363.316
Custo	38.784	10.060	52.995	308.652	22.190	15.850	448.531
Amortização acumulada	(30.885)	-	(52.995)	-	-	(1.335)	(85.215)
Saldo contábil líquido	7.899	10.060	-	308.652	22.190	14.515	363.316



19. Intangível—Continuação

Ágio – Combinação de negócios USB

De acordo com CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio (goodwill), deve ser submetido para teste de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda no valor recuperável (impairment) é realizado no final do mês de março de cada ano safra. No teste, os ativos foram agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa “UGC” que corresponde ao menor grupo de ativos geradores de fluxos de caixa independentes.

Em 31 de março de 2025 o valor em uso foi determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, baseados em orçamento financeiro para Safra 2025/2026 aprovado pelo Conselho de Administração e pelas projeções dos orçamentos financeiros para as próximas quatro safras (com base no Planejamento Estratégico), acumulando o período de cinco anos safras, acrescidos de perpetuidade, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo.

As principais premissas utilizadas nas projeções são:

	<u>31/03/2025</u>
Taxa média de crescimento da receita operacional	6,3%
Taxa de crescimento nominal na perpetuidade	3,5%
Taxa de desconto nominal (WACC)	10,43%

Assim, não foram identificadas perdas por impairment no exercício findo de 31 de março de 2025, bem como os cálculos realizados pela administração demonstram que não é provável a apuração de perdas por impairment dado o valor em uso ser superior ao valor contábil nestas datas.

20. Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	117.151	81.566	141.699	81.566
Fornecedores de bens e serviços	162.940	218.099	198.001	231.909
	280.091	299.665	339.700	313.475



21. Empréstimos, financiamentos e debêntures

			Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Moeda nacional:						
Linhas do BNDES	12,40	PRÉ	757	1.135	757	1.135
Linhas do BNDES (vi)	6,33	IPCA+ (TLP)	82.509	99.581	82.509	99.581
FINAME	3,37	3,37% a.a.	-	-	26.666	-
FINEP	1,00	TJLP	42.393	50.871	42.393	50.871
Crédito rural	1,97	CDI+	348.942	209.626	348.942	209.626
Capital de giro (i)	2,01	CDI+	457.308	1.014.025	457.308	1.014.025
CRA (ii)	-	CDI+	-	181.810	-	181.810
CRA (ii)	6,98	IPCA+	578.974	541.285	578.974	541.285
CRA (iii)	5,88	CDI+ 5,88% a.a.	-	-	159.766	-
Debentures (iv)	7,88	IPCA+	1.642.727	1.023.513	1.642.727	1.023.513
Debentures (v)	1,20	CDI+	411.294	-	411.294	-
Aquisição de cota "FIDC" (vii)	3,48	CDI+	-	-	-	57.794
			3.564.904	3.121.846	3.751.336	3.179.640
Moeda estrangeira:						
Pré-pagamento de exportação (USD)	-	Var. cambial	-	24.865	-	24.865
Pré-pagamento de exportação (EUR)	-	Var. cambial	-	99.715	-	99.715
Empréstimo externo (EUR)	0,95	Var. cambial + EURIBOR	-	-	43.141	24.025
			-	124.580	43.141	148.605
Financiamentos - Cooperativa						
Moeda nacional:						
Letra de Cambio	4,44	Pré	56.051	46.737	56.051	46.737
			3.620.955	3.293.163	3.850.528	3.374.982
Circulante						
			337.849	883.541	425.935	907.566
Não circulante						
			3.283.106	2.409.622	3.424.593	2.467.416

(i) Capital de Giro

A Açucareira Quatá S.A. assinou em 25 de fevereiro de 2019 a proposta para estruturação de financiamento sindicalizado junto ao Banco Itaú BBA S.A. e ao Banco Rabobank International Brasil S.A. coordenadores e estruturadores da operação sindicalizada das seguintes instituições: i) Banco Itaú BBA S.A.; ii) Banco Rabobank International Brasil S.A.; iii) Banco BTG Pactual S.A. e iv) Banco do Brasil S.A., através da celebração de contrato de abertura de crédito e outras avenças em 13 de junho de 2019, prevendo a participação no montante de R\$ 140.000 por participante, totalizando R\$ 560.000, por meio de emissão de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), com vencimentos semestrais, sendo, o primeiro vencimento de principal para o dia 20 de abril de 2021. O saldo referente ao financiamento sindicalizado de R\$ 136.079 foi liquidado em fevereiro de 2025.

O montante de R\$ 457.308 (R\$ 877.946 março de 2024) refere-se a capital de giro para NCE – Nota de Crédito de Exportação.

(ii) CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

A Companhia captou de recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira pela Companhia, no montante total de R\$ 600.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 600.000, pela Securitizadora e coordenados por Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Rabobank International Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 09 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 13 de outubro de 2021. Em setembro de 2024 houve a liquidação total do CRA.

Durante a Safra 21/22 a Companhia captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira no montante total de R\$ 480.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 480.000, pela Securitizadora e coordenados por XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Rabobank International Brasil S.A. e Banco Itaú BBA S.A., cuja a liquidação foi realizada em 23 de novembro de 2021. A remuneração do CRA é de 6,9849% a.a., acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.

(iii) CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio (USB)

Emitida em 17 de novembro de 2023, contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio, sob o regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, da 1ª, 2ª e 3ª séries da 77ª (septuagésima sétima) emissão da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), lastreados em direitos creditórios do agronegócio devidos pela Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB) foram emitidas 176.000 (cento e setenta e seis mil) Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando R\$ 176.000 (cento e setenta e seis milhões de reais). O CRA terá vigência de 5 anos contados da data de liquidação, ocorrida em 01/12/2023, sem carência e remuneração da 1ª série 100% CDI + 5% a.a. com vencimento em 20/08/2027, 2ª série 100% CDI + 6% a.a. com vencimento em 21/08/2028 e 3ª série 100% CDI + 6% a.a. com vencimento em 20/12/2028.

Emitida em 17 de novembro de 2023, contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio, sob o regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, da série única da 81ª (octogésima primeira) emissão da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), lastreados em direitos creditórios do agronegócio devidos pela Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB) foram emitidas 24 (vinte e quatro mil) CRA, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando R\$ 24.000 (vinte e quatro milhões de reais). O CRA terá vigência de 5 anos contados da data de liquidação, ocorrida em 04/12/2023, sem carência e remuneração 1ª série 100% CDI + 8,0062% a.a.



21. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

(iv) Debêntures

Emissão 2ª debêntures

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2020, foi aprovada a emissão da 2ª debênture simples da Companhia para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 2019/2020 2020/2021 e 2021/2022. Em janeiro de 2021 a Companhia encerrou a emissão da 2ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, realizada em consonância com a Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente). As Debêntures são incentivadas e contarão com o benefício tributário nos termos do artigo 2º da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431/11") e, consequentemente, também gozarão do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida lei. O montante bruto da emissão foi de R\$ 201.830, remunerada com taxa contratual de 7,2094% a.a. com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2025. Os recursos foram direcionados para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 19/20 20/21 e 21/22 destinada a produção de Etanol nas Unidades Barra Grande, São Jose e Quatá todas no estado de São Paulo, essa operação foi liquidada em dezembro de 2024.

Emissão 3ª debêntures

A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 450.000 de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 450.000 as Debêntures foram emitidas em 10 de agosto de 2022 terão prazo de vigência de doze anos contados da Data de Emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,8722% a.a. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 0,09% a.a.

Emissão 4ª debêntures

A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 300.000 de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 300.000. As Debêntures foram emitidas em 22 de dezembro de 2023. As Debêntures terão prazo de vigência de sete anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,31% a.a. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,70% a.a.

Emissão 5ª debêntures

A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 300.000 de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 300.000. As Debêntures foram emitidas em 31 de maio de 2024. As Debêntures terão prazo de vigência de seis anos e seis meses contados da data de emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,25% a.a. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,40% a.a.

Emissão 6ª debêntures

A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 6ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 500.000 (quinhentos mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 10 de dezembro de 2024. As Debêntures terão prazo de vigência de oito anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 6º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 8,63% a.a. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,45% a.a.

(v) Debênture verde

Emissão 7ª debêntures

A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 7ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 400.000 (quatrocentos mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 17 de dezembro de 2024. As Debêntures terão prazo de vigência de oito anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 6º ano. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,20% a.a. Essa debênture foi o primeiro título verde da Companhia onde os recursos serão alocados para refinar projetos em gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais, uso da terra, energia renovável e eficiência energética, apoiando os objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). Essa iniciativa reflete o compromisso da Companhia com práticas sustentáveis e sua visão de futuro responsável e inovador, alinhada aos pilares ESG.

(vi) Linha do BNDES

A Companhia formalizou contrato em 06 de janeiro de 2022 no montante de R\$ 100.000, junto ao BNDES no âmbito do programa Renovabio. A remuneração junto ao BNDES é IPCA acrescido de sobretaxa de 6,33% ao ano, com amortização do principal iniciando-se em 15 de fevereiro de 2024 e encerrando em 15 de janeiro de 2030. O programa Renovabio é voltado para estimular boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), tendo o objetivo de apoiar o desenvolvimento do setor de biocombustíveis, e conta com incentivo para o aumento de eficiência produtiva e ambiental.

(vii) FIDC

A Açucareira Quatá S.A. lançou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito para financiamento das atividades dos Parceiros Agrícolas, por meio de estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.000 milhões. Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais Receivables e (ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas Receivables, cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 com o apoio do BTG Pactual Asset (gestor, administrador e custodiante). O Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Açucareira Quatá S.A. que participa com cota subordinada, correspondendo a 35% do fundo, bem como o Banco BTG Pactual S/A, que participam com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG Pactual S/A responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 46.632, em 30 de setembro de 2024, conforme patrimônio líquido do fundo. A operação foi liquidada em outubro de 2024.



21. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
De 13 a 24 meses	871.345	603.544	914.044	603.544
De 25 a 36 meses	419.045	834.943	461.698	834.943
De 37 a 48 meses	340.521	310.585	383.932	310.585
De 49 a 60 meses	272.024	175.316	275.566	233.110
De 61 a 72 meses	544.030	146.674	546.680	146.674
A partir de 73 meses	836.141	338.560	842.673	338.560
	3.283.106	2.409.622	3.424.593	2.467.416

As linhas de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2025 e 2024:

	Saldo inicial em 1º de abril de 2024	Liberações	Pagamentos principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos financeiros	Variação cambial	Controladora Saldo final em 31 de março de 2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Moeda Nacional	3.168.583	2.126.306	(1.771.707)	(309.385)	407.158	-	3.620.955
Moeda Estrangeira	124.580	-	(140.470)	(2.699)	2.102	16.487	-
Total	3.293.163	2.126.306	(1.912.177)	(312.084)	409.260	16.487	3.620.955
Consolidado							
	Saldo inicial em 1º de abril de 2024	Liberações	Pagamentos principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos financeiros	Variação cambial	Saldo final em 31 de março de 2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Moeda Nacional	3.168.583	2.126.306	(1.777.785)	(319.098)	418.070	-	3.807.387
Moeda Estrangeira	148.605	-	(140.470)	(2.699)	21.218	16.487	43.141
FIDC	57.794	-	(57.794)	-	-	-	-
Total	3.374.982	2.126.306	(1.976.049)	(321.797)	439.288	16.487	3.850.528

a) Obrigações contratuais

A Companhia possui algumas obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira (i), apresentação das demonstrações financeiras combinadas auditadas com parecer do auditor independente sem ressalvas e limitações na realização de operações relativas à cisão, incorporação e fusão das companhias combinadas e manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira i) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado da Companhia, quando aplicável; ii) Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo circulante sem considerar o Ativo Biológico); iii) razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido. Todas essas obrigações decorrentes as cláusulas dos *covenants* referentes à emissão dos CRA e Debêntures Incentivadas com colocação restrita que possuem exigências financeiras que estão sendo cumpridas.



21. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

b) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2025 foi de 14,02% a.a. equivalente à CDI -0,11% (12,08% a.a. equivalente à CDI +1,29% em março de 2024). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos foram de R\$ 409.260 na controladora e R\$ 439.289 no consolidado (R\$ 379.426 controladora e R\$ 380.338 consolidado em março de 2024) (nota explicativa 33).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures foram de R\$ 312.084 controladora e R\$ 321.797 consolidado (R\$ 364.154 controladora e consolidado em março de 2024), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 127.922 controladora e R\$ 161.978 consolidado (R\$ 125.923 controladora e R\$ 152.690 consolidado em março de 2024) (nota explicativa 32). Considerando uma base de caixa líquida, o custo financeiro sobre os empréstimos e financiamentos foi de R\$ 184.162 controladora e R\$ 159.819 consolidado (R\$ 152.547 controladora e R\$ 132.044 consolidado em março de 2024).

c) Variação cambial

A gestão financeira da diretoria para eliminar riscos de exposição cambial, fruto do fluxo de caixa advindo dos efetivos recebíveis e das estimativas de exportação da unidade de negócio Biorigin, privilegia financiamentos mantidos em moeda estrangeira cuja gestão diária proporciona uma espécie de *hedge* natural. A variação cambial de financiamento contabilizada contra o resultado neste exercício, no valor de R\$ 16.487 resultou em uma diminuição em 31 de março de 2025 do endividamento neste mesmo montante, sendo uma despesa que não gera efeito caixa.

22. Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e				
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	1.221	11.419	1.221	11.419
Outros tributos	71	635	281	635
	1.292	12.054	1.502	12.054
Circulante	773	11.421	841	11.421
Não circulante	519	633	661	633



23. Obrigações com a Cooperativa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Letra de câmbio (i)	125.626	113.207	140.359	127.889
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar (ii)	-	4.684	-	4.684
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa (iii)	-	20.435	-	25.592
	125.626	138.326	140.359	158.165
Circulante	-	25.119	-	30.276
Não circulante	125.626	113.207	140.359	127.889

(i) Letra de câmbio

Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtido através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.

(ii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar.

Referia-se ao parcelamento do auto de infração lavrado pela RFB relativo à cobrança de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, por suposto ganho de capital contra a Companhia denominada 1770 Participações S.A. que foi incorporada pela empresa Arrepar Participações S.A., uma controlada da Cooperativa. A Cooperativa, na qualidade de controladora da Arrepar Participações S.A., devendo prover os recursos necessários para que esta pudesse fazer face ao débito, emitiu um Termo de Ratificação de Obrigações e Outras Avenças que foi assinado pela Cooperativa, cooperados e ex-cooperados em 28 de fevereiro de 2012, objetivando contrapor a obrigação na proporção da respectiva participação nas operações sociais de cada cooperado na Cooperativa. Os valores foram liquidados durante o exercício findo em 31 de março de 2025.

(iii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa

A Companhia reconheceu em seu passivo a obrigação fiscal assumida através da Cooperativa, pela consolidação da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009, homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil em junho de 2011. Os valores foram liquidados durante o exercício findo em 31 de março de 2025.

24. Salários e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Provisão de férias, 13 ^a salário e encargos	28.188	30.871	37.751	31.302
Remuneração variável – Plano de participação nos resultados	41.990	36.249	54.070	43.195
Contribuição Social com empregados	14.769	14.398	14.852	14.448
Salários e ordenados	15.334	15.151	17.187	15.151
Outras contribuições	539	360	1.684	892
	100.820	97.029	125.544	104.988



25. Outros Passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Adiantamento de venda (i)	66.500	-	66.500	-
Adiantamento de clientes	12.461	-	29.752	4.758
Outras contas a pagar	16.507	18.038	17.273	16.497
	95.468	18.038	113.525	21.255

(i) Adiantamento referente a parceria estratégica junto ao *Groupe Lesaffre S.A.*, sobre a venda de 70% da Biorigin. Os detalhes da operação estão descritos na nota 42.

26. Provisões para contingências

	Controladora					31 de março de 2025
	1º de abril de 2024	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	
Tributárias	566.818	4.066	(525)	(1.286)	146	569.219
Cíveis e ambientais	5.959	197	(1.546)	(823)	436	4.223
Trabalhistas	21.096	15.170	(9.966)	(8.356)	1.700	19.644
Total de passivos contingentes	593.873	19.433	(12.037)	(10.465)	2.282	593.086

	Consolidado					31 de março de 2025
	1º de abril de 2024	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	
Tributárias	803.015	4.494	(831)	(1.286)	1.161	806.553
Cíveis e ambientais	5.960	217	(1.546)	(823)	442	4.250
Trabalhistas	21.099	15.417	(10.067)	(8.356)	1.700	19.793
Total de passivos contingentes	830.074	20.128	(12.444)	(10.465)	3.303	830.596

Na linha tributárias refere-se substancialmente a discussão judicial sobre a incidência ou não de tributos sobre os valores recebidos, mencionados na Nota 11, relativos as ações indenizatórias do IAA, totalizando provisão de R\$ 558.105 na controladora e R\$ 788.431 no consolidado em março de 2025 (R\$ 557.105 controladora e R\$ 787.431 no consolidado em março de 2024).

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, são efetuadas pela Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 517.505 na controladora e R\$ 521.769 para o consolidado e controladora em março de 2025 (R\$ 521.828 consolidado e controladora em março de 2024).

Do montante apresentado de contingências passivas, com risco possível de perda, destaca-se o processo de debêntures que resultou em dois autos de infração, em resumo, a Açucareira Quatá S.A. obteve insumos (cana-de-açúcar) da Companhia Agrícola Quatá e registrou os valores a pagar, fato que acarretou o acúmulo de dívidas. Em dezembro de 2002, os créditos associados a tais dívidas foram utilizados para a subscrição de debêntures, a fim de conferir maior liquidez para o credor, bem como remuneração considerada mais adequada. No ano de 2012, teve início uma fiscalização, a qual resultou em autuações sobre os anos de 2009 a 2012, tendo em vista a glosa das despesas com a emissão de debêntures. São dois autos de infração que atualizados somam R\$ 373.235, sendo os principais processos divulgados.



26. Provisões para contingências—Continuação

Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia e suas controladas nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia e suas controladas, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 338.720.926.114 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2023, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 84.031, mediante as capitalizações da Reserva de lucros.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2024, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 134.879, mediante as capitalizações da Reserva de lucros.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de investimento

Para atender a projetos de investimento e expansão, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício. Essa retenção deverá estar justificada com o respectivo orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.



27. Patrimônio líquido—Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

Reserva de integralidade do patrimônio líquido

É constituída nos termos do artigo 32 do Estatuto Social que tem por finalidade propiciar recursos para atender às necessidades de capital de giro e não poderá exceder a 80% do capital social.

Em 31 de março de 2025 o saldo de reserva de lucros superava o Capital Social da Companhia, cabendo a Assembleia a deliberação da destinação do excesso, conforme Art. 199 – 6.404/76.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

i) *Custo atribuído*

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico - CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

ii) *Ajuste de avaliação patrimonial reflexa*

Constituído em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado e das operações de *hedge* da coligada Copersucar S.A..

iii) *Ajuste acumulado de conversão*

Registra as variações cambiais dos investimentos em controladas, sendo a conversão para Real das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de investidas com moeda funcional diferente da controladora.

iv) *Ajuste acumulado de conversão reflexa*

Registra o Ajuste acumulado de conversão reflexa relacionado à participação no patrimônio líquido da coligada Copersucar S.A..

v) *Valor justo de hedge accounting*

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge* de fluxo de caixa. O saldo mencionado é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrerem os vencimentos ou realizações das operações correlatas.



27. Patrimônio líquido—Continuação

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

i) *Dividendos propostos*

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da AQ que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, cuja liberação varia de acordo com o indicador de dívida líquida Ebitda.

Conforme disposto no art. 33 do Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, ajustados na forma dos incisos I a III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações e para este resultado, apurado na forma do art. 191 da Lei 6.404/76.

ii) *Juros sobre o capital próprio propostos*

O Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre o capital próprio em março de 2024, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo obrigatório de acordo com o artigo 34 do Estatuto Social da AQ. O crédito correspondente aos JCP foi efetuado nos registros contábeis da Companhia em 27 de março de 2024, de forma individualizada a cada acionista. O montante pago foi deduzido do IR, no valor de R\$ 2.687 conforme mencionado na nota explicativa 15.

O Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre o capital próprio em dezembro de 2024, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo obrigatório de acordo com o artigo 34 do Estatuto Social da AQ. O crédito correspondente aos JCP foi efetuado nos registros contábeis da Companhia em 20 de dezembro de 2024, de forma individualizada a cada acionista. O montante pago foi deduzido do IR, no valor de R\$ 4.500 conforme mencionado na nota explicativa 15.



28. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora			
	31/03/2025			
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.432.337	-	1.432.337	1.432.337
Instrumentos financeiros derivativos	6.075	-	6.075	6.075
Total	1.438.412	-	1.438.412	1.438.412
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	111.743	111.743	111.743
Cientes	-	184.629	184.629	184.629
Contas a receber - Cooperativa	-	69.426	69.426	69.426
Dividendos a receber	-	458	458	458
Partes relacionadas	-	636	636	636
Total	-	366.892	366.892	366.892
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	280.091	280.091	280.091
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.916	32.916	32.916
Empréstimos e financiamentos	-	3.620.955	3.620.955	3.620.955
Passivo de arrendamento	-	2.366.210	2.366.210	2.366.210
Obrigações com a Cooperativa	-	125.626	125.626	125.626
Outros passivos	-	95.468	95.468	95.468
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	81.783	81.783	81.783
Total	-	6.603.049	6.603.049	6.603.049



28. Instrumentos financeiros—Continuação

a) Classificação contábil e valores justos—Continuação

	Controladora			31/03/2024
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.869.285	-	1.869.285	1.869.285
Instrumentos financeiros derivativos	2.948	-	2.948	2.948
Total	1.872.233	-	1.872.233	1.872.233
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	9.256	9.256	9.256
Clientes	-	230.679	230.679	230.679
Contas a receber - Cooperativa	-	52.132	52.132	52.132
Dividendos a receber	-	329	329	329
Partes relacionadas	-	939	939	939
Total	-	293.335	293.335	293.335
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	299.665	299.665	299.665
Instrumentos financeiros derivativos	-	757	757	757
Empréstimos e financiamentos	-	3.293.163	3.293.163	3.293.163
Passivo de arrendamento	-	2.097.648	2.097.648	2.097.648
Obrigações com a Cooperativa	-	138.326	138.326	138.326
Outros passivos	-	18.038	18.038	18.038
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	162.663	162.663	162.663
Total	-	6.010.260	6.010.260	6.010.260
	Consolidado			31/03/2025
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.797.303	-	1.797.303	1.797.303
Instrumentos financeiros derivativos	6.075	-	6.075	6.075
Total	1.803.378	-	1.803.378	1.803.378
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	167.946	167.946	167.946
Clientes	-	148.623	148.623	148.623
Contas a receber - Cooperativa	-	69.727	69.727	69.727
Dividendos a receber	-	458	458	458
Partes relacionadas	-	636	636	636
Total	-	387.390	387.390	387.390
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	339.700	339.700	339.700
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.916	32.916	32.916
Empréstimos e financiamentos	-	3.850.528	3.850.528	3.850.528
Passivo de arrendamento	-	2.573.008	2.573.008	2.573.008
Obrigações com a Cooperativa	-	140.359	140.359	140.359
Outros passivos	-	113.525	113.525	113.525
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	81.783	81.783	81.783
Total	-	7.131.819	7.131.819	7.131.819



28. Instrumentos financeiros—Continuação

a) Classificação contábil e valores justos—Continuação

	Consolidado		
	31/03/2024		
	Hierarquia do valor justo		
	Valor contábil		
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total
			Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2.205.044	-	2.205.044
Instrumentos financeiros derivativos	2.948	-	2.948
Total	2.207.992	-	2.207.992
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	68.702	68.702
Clientes e outras contas a receber	-	104.833	104.833
Contas a receber - Cooperativa	-	52.613	52.613
Dividendos a receber	-	329	329
Partes relacionadas	-	939	939
Total	-	227.416	227.416
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Fornecedores	-	313.475	313.475
Instrumentos financeiros derivativos	-	757	757
Empréstimos e financiamentos	-	3.374.982	3.374.982
Passivo de arrendamento	-	2.097.648	2.097.648
Obrigações com a Cooperativa	-	158.165	158.165
Outras contas a pagar	-	21.255	21.255
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	162.663	162.663
Total	-	6.128.945	6.128.945

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de taxa de juros.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco ("CFAR"), que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.



28. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

i) *Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*

A Companhia tem a responsabilidade global sobre a gestão sobre o sistema de risco elaborando, acompanhando e controlando planos de ação que visa eliminação, mitigação e monitoramento de riscos da companhia.

Em outubro de 2021 a Companhia criou uma área especializada em controles internos com o objetivo de salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela diretoria da Companhia. Além da área de controle interno a Companhia contratou uma auditoria de renome para assessorar o conselho com uma auditoria interna. Por fim foi criada uma área de gestão riscos para poder mapear e organizar planos de ação para mitigar os mesmos.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes relacionadas ao negócio Biorigin e de instrumentos financeiros da Companhia.

A comercialização de açúcar e etanol é realizada por meio da Cooperativa sem indícios para risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.



28. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a diretoria também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O Conselho de Administração da Companhia estabeleceu uma política de crédito, constantemente monitorado pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, na qual cada novo clientes é analisado individualmente quando à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia e suas controladas inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras individuais e consolidadas, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê.

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 12 meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia e suas controladas sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.



28. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores'). A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.



28. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*--Continuação

Exposição ao risco de liquidez—Continuação

Controladora						
31/03/2025						
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos
Passivos						Mais do que 5 anos
Fornecedores	280.091	280.091	280.091	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.620.955	3.620.955	168.925	168.924	871.345	1.031.590
Instrumentos financeiros derivativos	32.916	32.916	16.458	16.458	-	-
Obrigações com a Cooperativa	125.626	125.626	-	-	-	125.626
Outros passivos	95.468	95.468	47.734	47.734	-	-
	4.155.056	4.155.056	513.208	233.116	871.345	1.031.590
						1.505.797
Controladora						
31/03/2024						
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos
Passivos						Mais do que 5 anos
Fornecedores	299.665	299.665	299.665	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.293.163	2.757.044	442.674	349.938	643.362	1.321.070
Instrumentos financeiros derivativos	757	757	379	378	-	-
Obrigações com a Cooperativa	138.326	138.326	12.560	12.559	25.118	50.236
Outros passivos	18.038	18.038	9.019	9.019	-	-
	3.749.949	3.213.830	764.297	371.894	668.480	1.371.306
						37.853
Consolidado						
31/03/2025						
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos
Passivos						Mais do que 5 anos
Fornecedores	339.700	339.700	339.700	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.850.528	3.850.528	212.968	212.967	914.044	1.121.196
Instrumentos financeiros derivativos	32.916	32.916	16.458	16.458	-	-
Obrigações com a Cooperativa	140.359	140.359	-	-	-	140.359
Outros passivos	113.525	113.525	56.763	56.762	-	-
	4.477.028	4.477.028	625.889	286.187	914.044	1.121.196
						1.529.712
Consolidado						
31/03/2024						
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos
Passivos						Mais do que 5 anos
Fornecedores	313.475	313.475	313.475	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.374.982	2.757.044	442.674	349.938	643.362	1.321.070
Instrumentos financeiros derivativos	757	757	379	378	-	-
Obrigações com a Cooperativa	158.165	158.165	15.138	15.138	30.276	60.552
Outros passivos	21.255	21.255	10.628	10.627	-	-
	3.868.634	3.250.696	782.294	376.081	673.638	1.381.622
						37.061

Os fluxos, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos, que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.



28. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia e constantemente monitoradas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.

v) *Risco cambial*

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. As moedas funcionais da Companhia e suas controladas são principalmente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€).

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia e suas controladas, está apresentado abaixo:

	Controladora			
	31/03/2025		31/03/2024	
	USD	Euro	USD	Euro
Caixa e equivalentes de caixa	8.794	8.855	1.305	65
Aplicações financeiras	3.215	-	-	-
Cientes a receber	24.151	1.079	31.728	7.158
Empréstimos e financiamentos	-	-	(4.977)	(18.473)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	8.300	9.600	16.050	17.235
Exposição líquida	44.460	19.534	44.106	5.985

	Consolidado			
	31/03/2025		31/03/2024	
	USD	Euro	USD	Euro
Caixa e equivalentes de caixa	8.793	8.855	1.304	62
Aplicações financeiras	3.215	-	-	-
Cientes a receber	25.883	23.974	4.807	9.128
Fornecedores	(5.821)	(440)	(5.821)	(482)
Empréstimos e financiamentos	-	(6.959)	(4.977)	(22.924)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	8.300	9.600	16.050	17.235
Exposição líquida	40.370	35.030	11.363	3.019



28. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

v) *Risco cambial*--Continuação Exposição ao risco cambial--Continuação

A exposição líquida está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional da Companhia, buscando contrapor o fluxo operacional advindo dos efetivos recebíveis em moeda estrangeira e das futuras exportações por meio da unidade de negócios Biorigin. Para tanto, a gestão financeira da Companhia implementou uma política de gestão diária medindo o fluxo financeiro no horizonte de três anos vis a vis às exposições cambiais, objetivando assegurar de forma gerencial a efetividade do *hedge*, seja através dos financiamentos mantidos em moeda estrangeira ou da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção.

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD e € contra todas as outras moedas em 31 de março de 2025, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras, somente para a visão consolidada da Companhia e suas controladas:

Controladora					
31/03/2025					
	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	17.649	4.412	8.825	(4.412)	(8.825)
Aplicações financeiras	3.215	804	1.608	(804)	(1.608)
Clientes a receber	25.230	6.308	12.615	(6.308)	(12.615)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(17.900)	(4.475)	(8.950)	4.475	8.950
Exposição líquida	28.194	7.049	14.098	(7.049)	(14.098)
Consolidado					
31/03/2025					
	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	17.648	4.412	8.824	(4.412)	(8.824)
Aplicações financeiras	3.215	804	1.608	(804)	(1.608)
Clientes a receber	49.857	12.464	24.929	(12.464)	(24.929)
Fornecedores	(6.261)	(1.565)	(3.131)	1.565	3.131
Empréstimos e financiamentos	(6.959)	(1.740)	(3.480)	1.740	3.480
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(17.900)	(4.475)	(8.950)	4.475	8.950
Exposição líquida	39.600	9.900	19.800	(9.900)	(19.800)



28. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

vi) *Risco de taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis.

i) *Hedge de fluxo de caixa*

A Companhia possui operações de swap, onde troca a exposição do IPCA e taxa pré-fixada pelas variações do CDI, para a proteção dos ativos financeiros atrelados as variações do CDI no qual o risco sintético são as variações do IPCA.

O objetivo das transações envolvendo esse derivativo está relacionado à operação da Companhia que, a partir da contratação de operações de endividamentos, são originados os riscos aos indexadores das respectivas dívidas. A execução do *hedge* tem como objetivo mitigar ou neutralizar a exposição a estes riscos.

Abaixo a relação dos itens de swap designados em 31 de março de 2025 para o *hedge* de fluxo de caixa:

Controladora e consolidado					
Instrumento	Objeto	Principal	Indexador ativo	Indexador passivo	Vencimento
Swap	3ª debêntures	499.684	100% IPCA + 7,87%	100% CDI + 0,09%	17/07/2034
Swap	4ª debêntures	300.000	100% IPCA + 7,31%	100% CDI + 1,70%	15/01/2031
Swap	5ª debêntures	300.000	100% IPCA + 7,25%	100% CDI + 1,40%	16/12/2030
Swap	6ª debêntures	500.000	100% IPCA + 8,63%	100% CDI + 1,45%	15/12/2032

O impacto dos instrumentos de *hedge* no balanço patrimonial consolidado é apresentado abaixo:

Controladora e consolidado					
Instrumento	Objeto	Valor nocional	Valor contábil	Linha nas demonstrações financeiras	Mudança no valor justo usado para mensuração da inefetividade
Swap	3ª debêntures	499.684	497.045	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	5.119
Swap	4ª debêntures	300.000	319.206	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	(7.861)
Swap	5ª debêntures	300.000	314.698	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	(15.407)
Swap	6ª debêntures	500.000	511.778	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	(8.732)
		1.599.684	1.642.727		(26.881)



28. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

vi) *Risco de taxa de juros*—Continuação

Hedge de fluxo de caixa—Continuação

O impacto dos itens protegidos por *hedge* no balanço patrimonial consolidado é apresentado abaixo:

Controladora e consolidado			
31/03/2025			
Instrumento	Objeto	Mudança no valor justo usado para mensuração da inefetividade	Reserva de hedge de fluxo de caixa
Swap	3ª debêntures	5.119	666
Swap	4ª debêntures	(7.861)	(1.617)
Swap	5ª debêntures	(15.407)	(1.260)
Swap	6ª debêntures	(8.732)	(12.466)
		(26.881)	(14.677)

O efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração consolidada do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

Controladora e consolidado			
31/03/2025			
Instrumento	Objeto	Ganho (perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	Inefetividade reconhecida no resultado
Swap	3ª debêntures	666	4.453
Swap	4ª debêntures	(1.617)	16.068
Swap	5ª debêntures	(1.260)	7.423
Swap	6ª debêntures	(12.466)	3.734
		(14.677)	31.678

Em 31 de março de 2025 o montante de ganho de R\$ 9.687 com a baixa em outros resultados abrangentes de *hedge* de fluxo de caixa, líquido de impostos e ganho *accrual* de R\$ 11.064 em resultado financeiro.

A Companhia possui outras operações derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 21, e está avaliando a viabilidade de sua designação para possíveis alocações de *hedge accounting*.



28. Instrumentos financeiros—Continuação

c) Gerenciamento dos riscos ambientais

A Companhia e suas controladas consideram que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos / operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A diretoria da Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Ainda em relação aos aspectos ambientais é importante mencionar a relevância do RenovaBio ao país e ao setor sucroenergético. A Companhia e suas controladas foram certificadas através de suas unidades produtivas a participar no programa que fomenta a importância do etanol de cana-de-açúcar na matriz energética do país, contribuindo para que o Brasil atenda ao acordo de Paris com a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor de transportes.

29. Receita operacional líquida

a) Fluxos da receita

A Companhia e suas controladas geram receita principalmente pela venda de açúcar e etanol, derivados de levedura e receita de venda de energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita bruta de produtos	3.800.273	3.612.621	4.042.410	3.751.410
Devoluções e abatimentos	(2.832)	(3.106)	(8.494)	(7.381)
Impostos sobre vendas	(313.846)	(256.912)	(316.937)	(256.912)
	3.483.595	3.352.603	3.716.979	3.487.117



29. Receita operacional líquida—Continuação

b) Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Mercado interno:				
Etanol	1.392.787	1.164.928	1.408.688	1.164.928
Açúcar	815.689	764.844	815.689	764.844
Energia elétrica	196.900	216.383	197.034	216.383
Derivados de levedura	86.299	83.254	86.340	83.254
Outras receitas - CBIOS	46.662	51.002	47.128	51.002
Outras vendas	977	1.728	981	1.728
	2.539.314	2.282.139	2.555.860	2.282.139
Mercado externo:				
Derivados de levedura	462.039	416.027	676.549	554.816
Açúcar	751.158	762.057	762.239	762.057
Etanol	47.762	152.398	47.762	152.398
	1.260.959	1.330.482	1.486.550	1.469.271
Receita bruta de produtos	3.800.273	3.612.621	4.042.410	3.751.410
Devoluções e abatimentos	(2.832)	(3.106)	(8.494)	(7.381)
Impostos sobre vendas	(313.846)	(256.912)	(316.937)	(256.912)
	3.483.595	3.352.603	3.716.979	3.487.117

i) *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do período com base em rateio, definido de acordo com a produção da AQ.

ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador; de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.



30. Despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Custo				
Matéria prima e materiais de uso e consumo	1.579.090	1.530.474	1.684.198	1.622.187
Depreciação e amortização	686.770	623.916	703.505	629.088
Despesas com pessoal	326.976	290.265	337.608	306.484
Baixa de insumos	11.845	13.308	14.414	13.693
Serviços prestados por terceiros	173.968	152.877	175.145	156.919
Outros gastos	14.979	9.963	16.509	9.963
Variação no valor justo do ativo biológico	52.273	128.101	56.370	128.101
	2.845.901	2.748.904	2.987.749	2.866.435
Despesas com vendas				
Rateio despesas - Copersucar	12.181	9.879	12.214	9.879
Gastos com armazenagens	8.811	12.215	8.811	12.215
Despesas com pessoal	29.963	20.074	38.311	30.850
Frete	15.175	11.132	15.175	11.132
Serviços prestados por terceiros	13.079	11.435	22.824	22.691
Comissão	-	27	-	2.707
Depreciação e amortização	9.778	5.604	9.816	5.656
Aluguéis	9.288	-	9.288	-
Outros	8.745	11.336	14.900	11.639
	107.020	81.702	131.339	106.769
Despesas administrativas e gerais				
Despesas com pessoal	131.412	101.475	136.254	105.834
Serviços prestados por terceiros	78.096	69.836	82.882	77.574
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	14.607	13.819	15.480	14.248
Despesas compartilhadas com empresas ligadas	(28.357)	-	(3.441)	-
Depreciação e amortização	8.845	6.365	11.210	8.439
Aluguéis	1.845	3.847	1.911	3.847
Doações	2.145	3.408	2.145	3.408
Outros	9.943	5.065	14.632	9.782
	218.536	203.815	261.073	223.132
Total de despesas e custos	3.171.457	3.034.421	3.380.161	3.196.336
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	2.793.628	2.620.803	2.931.379	2.738.334
Variação no valor justo do ativo biológico	52.273	128.101	56.370	128.101
Despesas de vendas	107.020	81.702	131.339	106.769
Despesas administrativas e gerais	218.536	203.815	261.073	223.132
	3.171.457	3.034.421	3.380.161	3.196.336



31. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita da Cooperativa com Indenizatória (IAA) (i)	-	755.901	-	929.775
Lavoura parceiros	(416)	2.428	869	2.428
Resultado líquido com outras operações com a Cooperativa	(6.093)	(24.363)	(6.754)	(29.773)
Resultado com vendas e baixas de imobilizado	3.224	6.809	3.224	(29.920)
Provisões, reversões e atualizações monetárias para contingências	3.099	1.115	1.790	269
Despesas com processos judiciais	(13.472)	(11.130)	(13.472)	(11.130)
Outras	(958)	(1.566)	(453)	(1.467)
	(14.616)	729.194	(14.796)	860.182

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa 8, durante a safra 23/24 a Companhia recebeu o repasse do montante de R\$ 855.322 na controladora e R\$ 1.047.019 no consolidado, referente a 6ª parcela do 1º precatório, a 5ª e 6ª parcelas do 2º precatório e parcela única do 3º precatório, a empresa está discutindo judicialmente a cobrança de PIS/COFINS. Nesta nota explicativa estamos deduzindo as despesas e honorários de 10% no montante de R\$ 108.168 na controladora e R\$ 133.063 no consolidado.

32. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	36.717	33.615	36.717	33.615
Juros sobre aplicações financeiras	127.922	125.923	161.978	152.690
Juros sobre atualização de créditos tributários	4.096	2.576	4.722	2.583
Juros sobre operações com a Cooperativa	5.687	1.930	5.719	2.033
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	(4.746)	(2.277)	(4.408)	(2.033)
	169.676	161.767	204.728	188.888

33. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(395.783)	(361.476)	(407.139)	(362.388)
Despesas com captação de debêntures	(21.489)	(17.950)	(21.489)	(17.950)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(91.256)	(7.005)	(91.256)	(7.005)
Despesa financeira com arrendamentos	(129.691)	(140.988)	(137.261)	(140.988)
Juros sobre demais operações	(7.500)	(8.928)	(12.602)	(11.560)
Despesas bancárias	(201)	(971)	(428)	(1.101)
Juros sobre operações com a Cooperativa	(14.150)	(14.534)	(14.202)	(14.789)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(9.411)	(7.503)	(10.957)	(8.755)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(214)	(1.254)	(241)	(1.258)
	(669.695)	(560.609)	(695.575)	(565.794)



34. Variações cambiais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Variação cambial ativa				
Empréstimos e financiamentos	3.575	16.235	3.575	16.235
Demais operações	67.952	7.858	72.611	11.020
	71.527	24.093	76.186	27.255
Variação cambial passiva				
Empréstimos e financiamentos	(20.062)	(9.933)	(20.062)	(9.933)
Demais operações	(31.118)	(15.779)	(35.471)	(19.968)
	(51.180)	(25.712)	(55.533)	(29.901)
Variações cambiais líquidas	20.347	(1.619)	20.653	(2.646)

35. Informação por segmento

A diretoria definiu os segmentos operacionais da Açucareira Quatá S.A. (Controladora e Consolidado), com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégica, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de Administração.

As análises realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela Açucareira Quatá e suas controladas, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar, Etanol e Energia Elétrica;
- (ii) Biorigin;

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade.

Resultado	Controladora			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	31/03/2025
Receita operacional líquida	2.966.274	517.321	-	3.483.595
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	(52.273)	(52.273)
Custo dos produtos vendidos	(2.378.776)	(414.852)	-	(2.793.628)
Lucro bruto	587.498	102.469	(52.273)	637.694
Margem Bruta	20%	20%	-	18%
Despesas com vendas	(45.356)	(61.664)	-	(107.020)
Despesas administrativas e gerais	(155.461)	(63.075)	-	(218.536)
Outras receitas (despesas)	-	(803)	(13.813)	(14.616)
Lucro operacional	386.681	(23.073)	(66.086)	297.522
Despesas financeiras	(625.510)	(44.185)	-	(669.695)
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	336.489	336.489
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(238.829)	(67.258)	270.403	(35.684)



35. Informação por segmento—Continuação

				Controladora
Resultado	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	31/03/2024
Receita operacional líquida	2.882.529	470.074	-	3.352.603
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	(128.101)	(128.101)
Custo dos produtos vendidos	(2.292.283)	(328.520)	-	(2.620.803)
Lucro bruto	590.246	141.554	(128.101)	603.699
Margem Bruta	20%	30%	-	18%
Despesas com vendas	(39.742)	(41.960)	-	(81.702)
Despesas administrativas e gerais	(114.506)	(89.309)	-	(203.815)
Outras receitas (despesas)	757.115	(1.269)	(26.652)	729.194
Lucro operacional	1.193.113	9.016	(154.753)	1.047.376
Despesas financeiras	(548.313)	(12.296)	-	(560.609)
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	23.885	23.885
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	644.800	(3.280)	(130.868)	510.652

				Consolidado
Resultado	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	31/03/2025
Receita operacional líquida	2.990.593	726.386	-	3.716.979
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	(56.370)	(56.370)
Custo dos produtos vendidos	(2.407.748)	(523.631)	-	(2.931.379)
Lucro bruto	582.845	202.755	(56.370)	729.230
Margem Bruta	19%	28%	-	20%
Despesas com vendas	(45.483)	(85.856)	-	(131.339)
Despesas administrativas e gerais	(160.101)	(100.972)	-	(261.073)
Outras receitas (despesas)	-	2.603	(17.399)	(14.796)
Lucro operacional	377.261	18.530	(73.769)	322.022
Despesas financeiras	(647.626)	(47.949)	-	(695.575)
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	347.606	347.606
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(270.365)	(29.419)	273.837	(25.947)



35. Informação por segmento—Continuação

Resultado	Consolidado			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	31/03/2024
Receita operacional líquida	2.882.529	604.588	-	3.487.117
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	(128.101)	(128.101)
Custo dos produtos vendidos	(2.292.284)	(446.050)	-	(2.738.334)
Lucro bruto	590.245	158.538	(128.101)	620.682
Margem Bruta	20%	26%	-	18%
Despesas com vendas	(39.742)	(67.027)	-	(106.769)
Despesas administrativas e gerais	(115.935)	(107.197)	-	(223.132)
Outras receitas (despesas)	931.367	(38.053)	(33.132)	860.182
Lucro operacional	1.365.935	(53.739)	(161.233)	1.150.963
Despesas financeiras	(550.139)	(15.655)	-	(565.794)
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	(26.394)	(26.394)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	815.796	(69.394)	(187.627)	558.775

Ativos operacionais	Controladora			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	31/03/2025
Clientes	5.193	179.436	-	184.629
Contas a receber - Cooperativa	69.426	-	-	69.426
Estoques	60.365	135.265	-	195.630
Imobilizado	1.897.102	269.204	-	2.166.306
Intangível	2.820	19.954	-	22.774
Total de ativos alocados	2.035.364	603.859	-	2.639.223
Demais ativos não alocáveis	-	-	6.278.719	6.278.719
Total	2.035.364	603.859	6.278.719	8.917.942

Ativos operacionais	Controladora			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	31/03/2024
Clientes e outras contas a receber	9.492	221.187	-	230.679
Contas a receber - Cooperativa	52.132	-	-	52.132
Dividendos a receber	329	-	-	329
Estoques	181.041	223.031	-	404.072
Imobilizado	2.123.847	256.383	-	2.380.230
Intangível	23.604	10.523	-	34.127
Total de ativos alocados	2.390.445	711.124	-	3.101.569
Demais ativos não alocáveis	-	-	5.280.469	5.280.469
Total	2.390.445	711.124	5.280.469	8.382.038



35. Informação por segmento—Continuação

				Consolidado
Ativos operacionais	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	31/03/2025
Clientes	6.037	142.586	-	148.623
Contas a receber - Cooperativa	69.727	-	-	69.727
Estoques	172.097	222.860	-	394.957
Imobilizado	2.390.129	288.343	-	2.678.472
Intangível	352.909	10.407	-	363.316
Total de ativos alocados	2.991.357	664.196	-	3.655.553
Demais ativos não alocáveis	-	-	6.193.762	6.193.762
Total	2.991.357	664.196	6.193.762	9.849.315

				Consolidado
Ativos operacionais	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	31/03/2024
Clientes e outras contas a receber	9.494	95.339	-	104.833
Contas a receber - Cooperativa	52.613	-	-	52.613
Dividendos a receber	329	-	-	329
Estoques	181.053	345.943	-	526.996
Imobilizado	2.124.368	266.088	-	2.390.456
Intangível	23.604	10.609	-	34.213
Total de ativos alocados	2.391.461	717.979	-	3.109.440
Demais ativos não alocáveis	-	-	5.783.823	5.783.823
Total	2.391.461	717.979	5.783.823	8.893.263



36. Compromissos

a) Compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com sua parte relacionada, CAQ, decorrentes do contrato de parceria agrícola, válido até 2032, com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base na parcela do produto que cabe à Companhia no contrato de parceria agrícola, por área geográfica. As condições de negociação observam as médias de preço de arrendamento das regiões arrendadas, que são monetizadas pelo CONSECANA-SP, podendo ter parte dos volumes de cana sendo comprados por um preço fixo. A adoção da fixação de preços é opcional, com o objetivo de garantir fluxos de caixa mais estáveis e previsíveis para a Companhia.

Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras

A Açucareira Quatá possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, nota explicativa 18, que geralmente terminam em até 20 anos. Os pagamentos relacionados a essas obrigações são calculadas basicamente pelo preço acumulado do ATR divulgado pelo CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definido contratualmente.

Além dos compromissos de compra, a AQ na qualidade de cooperada da Cooperativa, possui toda sua produção de açúcar e etanol compromissada com a Cooperativa pelos próximos 3 anos.

37. Lucro por ação

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(35.683.961,39)	510.651.695,11
Quantidade de ações ordinárias	338.720.926.114	338.720.926.114
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(0,000105349149)	0,001507588270

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

38. Avais, fianças e garantias

A Açucareira Quatá é avalista de seus principais fornecedores de cana-de-açúcar em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	31/03/2025	31/03/2024
Açucareira Quatá S.A.	3.802	9.147
	3.802	9.147

A Companhia é avalista no montante líquido de R\$ 3.802 na safra 24/25 registrado a provisão contábil. O montante será integralmente quitado na safra 25/26.



39. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela diretoria para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante máximo da cobertura
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Usina e Biorigin	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	350.000.000
	Lucros Cessantes	141.734.028
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Escritórios e Armazém Paulínia	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	1.450.006.893
Veículos	Casco	100% Tabela Fipe
	Acidente Pessoal por passageiros	50.000
	Danos Materiais	150.000
	Danos Corporais	200.000
	Danos Morais	200.000
Equipamentos Agrícolas - Benfeitoria	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	10.916.068
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Equipamentos Agrícolas - Penhor Rural	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	5.808.199
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Responsabilidade Civil Geral	Danos causados a terceiros em virtude da operação da empresa	USD 20.000.000
	Danos ao empregado	USD 20.000.000
D&O (Responsabilidade Civil Diretores e Administradores)	Ações contra diretores e Administradores	100.000.000
Transporte Nacional	Danos causados a mercadorias e/ou maquinários durante transporte inland	3.000.000
Transporte Importação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de importação	USD 2.500.000
Transporte Exportação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de exportação	USD 1.700.000

O escopo de nossos auditores independentes não incluiu a análise das suficiências de seguros.



40. Combinação de negócios

Em 29 de novembro de 2024, foi concluída a aquisição da controlada Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB) pela Companhia. O valor base da transação foi de R\$ 600.000. Após ajustes de preço contratuais, o valor da compra totalizou R\$ 324.307, correspondente à totalidade das ações representativas do capital social da empresa, anteriormente em poder da AMERRA Capital Management.

Na data da aquisição, foram pagos R\$ 278.429, além de R\$ 50.000 depositados em conta restrita (Escrow), dos quais, o montante de R\$ 4.122 são ajustes de preço revertidos a favor da Companhia. Dessa forma, a contraprestação paga totalizou R\$ 324.307.

Após a aquisição a Companhia efetuou aumentos de capital na USB no montante de R\$ 129.928 (Nota 16), em caixa.

A compra visa ampliar a produção de açúcar, etanol e energia elétrica da Companhia. Com a aquisição, a Companhia passa a ter quatro unidades agroindustriais em São Paulo, aumentando sua capacidade de moagem em 15%, totalizando 13,8 milhões de toneladas. A Companhia contará com aproximadamente 4.600 colaboradores após a aquisição. Localizado na cidade de Lucélia/SP, o parque industrial da USB possui capacidade de moagem de 1,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, direcionada para a produção de etanol anidro, hidratado e açúcar VHP. A unidade tem capacidade para produzir diariamente até 600 m³ de etanol e 820 toneladas de açúcar VHP, além de contar com uma usina de cogeração de energia com 12 MW de potência, empregando diretamente cerca de 700 pessoas na região.

A transação reforça o compromisso da Companhia com o crescimento sustentável, a qualidade dos produtos e os benefícios para o meio ambiente e as comunidades locais.



40. Combinação de negócios—Continuação

Destacamos que a Companhia em conjunto com seus assessores, está elaborando análises para melhor mensuração e reconhecimento do ágio decorrente da aquisição da USB, por esse motivo a Companhia mensurou preliminarmente o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da USB na data da aquisição como apresentados a seguir:

Rubricas	Nota	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		29.169
Estoques		23.831
Ativos biológicos	10	26.944
Adiantamentos a fornecedores	11	48.675
Imobilizado	17	210.415
Direito de uso	18	194.886
Intangível	19	22.276
Outros ativos		30.979
Fornecedores		(75.073)
Salários e contribuições sociais		(10.768)
Empréstimos e financiamentos	21	(191.311)
Partes relacionadas		(42.597)
Passivo de arrendamento	18	(202.433)
Passivo fiscal diferido	14	(22.444)
Outros passivos		(26.894)
Total dos ativos e passivos líquidos identificáveis		15.655
Ágio na aquisição		308.652
Total da contraprestação		324.307

O Grupo mensura os passivos de arrendamento assumidos pelo valor presente dos pagamentos remanescentes na data da aquisição. Os ativos de direito de uso foram mensurados por montante equivalente ao passivo de arrendamento e ajustados para refletir os termos favoráveis desses arrendamentos em comparação aos termos de mercado.

O passivo fiscal diferido compreende basicamente os efeitos da depreciação acelerada de ativos permanentes e mais valia de ativos a valor justo.

Desde a data da aquisição, a USB contribuiu para o Grupo com receitas de R\$ 24.321 e prejuízo de R\$ 13.555. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas do Grupo decorrentes da USB totalizariam R\$ 331.766.



41. Transações não caixa

As transações que não envolvem caixa relacionadas às atividades operacionais, de financiamento e investimento são como segue:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2024
Transações de investimentos que não envolvem caixa				
Em função da combinação de negócios (nota 40)				
Estoque	23.831	23.831	-	-
Ativos biológicos	26.944	26.944	-	-
Imposto a recuperar	6.784	6.784	-	-
Adiantamentos a fornecedores	48.675	48.675	-	-
Imobilizado	210.415	210.415	-	-
Direito de uso	194.886	194.886	-	-
Ágio	308.652	308.652	-	-
Intangível	22.276	22.276	-	-
Outros ativos	24.195	24.195	-	-
Fornecedores	(75.073)	(75.073)	-	-
Salários e contribuições sociais	(10.768)	(10.768)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(191.311)	(191.311)	-	-
Partes relacionadas	(42.597)	(42.597)	-	-
Passivo de arrendamento	(202.433)	(202.433)	-	-
Passivo fiscal diferido	(22.444)	(22.444)	-	-
Outros passivos	(26.894)	(26.894)	-	-
	295.138	295.138	-	-
Em função de aportes de capital da controlada (nota 16)				
Estoque	(113.099)	-	-	-
Imposto a recuperar	(7.900)	-	-	-
Imobilizado	(259.439)	-	-	-
Intangível	(9.584)	-	-	-
Investimento	(104.859)	-	-	-
Salários e contribuições sociais	15.204	-	-	-
	(479.677)	-	-	-
Em função do direito de uso e arrendamento a pagar (nota 18)				
Novos contratos	560.939	571.072	382.483	382.483
Remensuração	110.218	114.230	12.223	12.223
	671.157	685.302	394.706	394.706



42. Evento subsequente

42.1 Venda de ações Cooperativa para USB

Em 03 de abril de 2025 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com sua controlada, a Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB). O contrato prevê a venda de 25.778.116 ações ordinárias e 1 ação preferencial de emissão, representando 1,23% do capital social da cooperativa Copersucar. Com isso, a USB passa a integrar os quadros da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa) e da Copersucar S.A.

42.2 Distribuição de juros sobre capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2025, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"), no valor bruto de R\$ 30.000 com retenção de Imposto de Renda na Fonte. O montante de JCP foi pago aos acionistas no dia 10 de junho 2025, sem atualização monetária, e será deduzido dos dividendos do exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2026.

42.3 Aumento de capital e operação venda Biorigin

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2025, a Companhia aprovou o aumento de capital social de sua controlada Biorigin S.A (Biorigin"), no valor total de R\$ 420.138, sendo R\$ 374.818 integralizados por meio da transferência de acervo líquido (Nota 16) e, R\$ 45.320, em moeda corrente nacional, também em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2025, a Companhia aprovou o aumento de capital de sua controlada, subscrito no valor total de R\$ 94.210, em moeda corrente nacional.

Em 30 de maio de 2025, a Companhia anunciou a conclusão da venda de 70% de sua participação na Biorigin S.A. ("Biorigin") para a empresa *Lesaffre*, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas contratualmente. Com isso, o controle acionário da Biorigin foi transferido da Companhia para a *Lesaffre*.

A transação não foi considerada como ativo não circulante mantido para a venda e operação descontinuada nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2025, por não atender a todos os critérios previstos no Pronunciamento Técnico - CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, equivalente ao IFRS 5 – *Non-current assets held for sale and discontinued operations*, que prevê, dentre outros critérios, que os ativos devem estar disponíveis para venda na data.

Conforme divulgado nas notas 2 e 16, a Companhia constitui a Biorigin e efetivou a transferência de determinados ativos e passivos para nova subsidiária durante o exercício findo em 31 de março de 2025, sendo essas transferências finalizadas durante o mês de maio de 2025.



42. Evento subsequente—Continuação

42.3 Aumento de capital e operação venda Biorigin

A Companhia recebeu a título de adiantamento o montante de R\$ 66.500 (Nota 25) durante o exercício findo em 31 de março de 2025 e o montante de contraprestação pela venda do controle na data em 30 de maio de 2025, os valores estão sujeitos aos ajustes de preço previstos contratualmente. A diferença entre o valor ajustado da contraprestação recebida, que inclui o adiantamento, e o valor contábil dos ativos líquidos da Biorigin, proporcional à participação vendida, será reconhecida no resultado do período de três meses a findar-se em 30 de junho de 2025.

A Biorigin compreenderá parte substancial do seguimento operacional homônimo divulgado na nota 35, das operações da Biorigin USA e a totalidade das operações da Biorigin Europe.

Abaixo, são apresentados os dados relativos à operação da Biorigin:

Demonstração resumida do resultado	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	628.988	509.954
Custos dos produtos vendidos	(440.222)	(368.154)
Despesas de vendas	(78.118)	(60.587)
Despesas administrativas e gerais	(87.601)	(88.024)
Resultado financeiro	(2.616)	(3.415)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	20.430	(10.227)
Imposto de renda e contribuição social	(7.834)	(7.878)
Lucro (prejuízo) líquido	12.596	(18.105)

Ativo	31/03/2025	31/03/2024
Caixa e equivalentes de caixa	39.526	34.564
Clientes	76.206	49.143
Estoques	196.824	285.557
Tributos a recuperar	9.877	2.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.356	-
Investimentos	108.837	-
Imobilizado	259.535	230.112
Intangível	22.791	10.425
Total do ativo	716.952	612.344

Passivo	31/03/2025	31/03/2024
Fornecedores	56.721	77.903
Empréstimos, financiamentos e debêntures	43.141	24.025
Salários e contribuições sociais	16.900	4.044
Total do passivo	116.762	105.972
Ativo líquidos	600.190	506.371



Açucareira Quatá S.A.
CNPJ: 60.855.574/0001-73

Diretoria Executiva
Diretores

André Inserra
Denise Araújo Francisco

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior
CRC: SP-253903/O-2

